

COMPOSIÇÃO

Revista de Ciências Sociais
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

v 2, n 24, Jan-jun 2021

<https://doi.org/10.36066/compcs.v2i24>

ISSN: 1983-3784

Apresentação

Novamente, com grande satisfação, colocamos à disposição o número 24, volume 2 de Composição, revista de ciências sociais. Este número corresponde ao primeiro semestre de 2021 e conta com importantes contribuições de nossos colaboradores de diversas partes do Brasil. Na edição atual temos autores do Paraná, Piauí, Goiás e Tocantins. Os temas dos artigos versam sobre democracia, estudos sobre netnografias, seguridade social e outros.. Na certeza de estarmos avançando em nossos debates, sugiro a todos uma boa leitura e aproveito para convidá-los a apresentar artigos e resenhas pelo site da revista. Lembrando que recebemos artigos e resenhas em fluxo contínuo. Aparecido Francisco dos Reis - Editor

SUMÁRIO

ARTIGOS

1- CONFIANÇA NAS INSTITUIÇÕES E APOIO À DEMOCRACIA BRASILEIRA ENTRE 1995 E 2018

Raimundo Filipe Alves, de Jesus Warley Ferreira, Silva Bruno Mello Souza.....03-16

2- NETNOGRAFIA: DIFICULDADES DE UMA ETNOGRAFIA VIRTUAL

Felipe Bonomi de Lima.....17-26

3- A SEGURIDADE SOCIAL: INQUIETAÇÕES SOBRE FORMAÇÃO E EXERCÍCIO PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL

Célia Maria Grandini Albiero, Keiliane Tavares Silva, Maria Aparecida Rodrigues da Silva, Rogério Silva leite, Thiago Alves Silva, Viviane Alves da Silva.....27-47

4- HOLOCAUSTO BRASILEIRO: DA VIOLAÇÃO DE DIREITOS À CONSTRUÇÃO DE UMA SOCIEDADE SEM MANICÔMIOS

Ilana Helen Ferreira de Sousa Rodrigues, Karina Murielly Conceição Silva, Gilson Gomes Coelho.....48-66

**CONFIANÇA NAS INSTITUIÇÕES E APOIO À DEMOCRACIA BRASILEIRA
ENTRE 1995 E 2018
TRUST IN INSTITUTIONS AND SUPPORT FOR BRAZILIAN DEMOCRACY
BETWEEN 1995 AND 2018**

Raimundo Filipe Alves de Jesus¹
Warley Ferreira Silva²
Bruno Mello Souza³

Recebido em 02/03/2021; aceito em 16/08/2021

DOI 10.36066/compcs.v2i24.12726

Resumo: As instituições democráticas brasileiras sofrem com altos níveis de desconfiança, acarretados por indiferença política ou ineficiência institucional diante de demandas sociais, corrupção, fraude ou desrespeito de direitos de cidadania. Todos esses fatores influenciam diretamente o funcionamento e a qualidade da atual democracia brasileira. Levando isso em consideração, este artigo tem como objetivo verificar longitudinalmente a evolução da confiança nas instituições brasileiras e verificar o apoio à democracia entre 1995 e 2018.

Palavras-chave: Cultura política; democracia; confiança.

Abstract: Brazilian democratic institutions suffer from high levels of distrust, caused by political indifference or institutional inefficiency regarding social demands, fraud or disrespect of citizenship rights. All these factors directly influence the functioning and quality of current Brazilian democracy. Taking this into account, this paper aims at verifying longitudinally the evolution of trust in Brazilian institutions and the support for democracy between 1995 and 2018.

Keywords: Political culture; democracy; trust.

INTRODUÇÃO

A democracia é um regime que garante uma gama de benefícios e garantias. Segundo Robert Dahl (2001) a democracia tem vantagens em relação a qualquer alternativa viável, sendo elas: evita a tirania, garante direitos essenciais, liberdade geral, entre outras. Entretanto, ela parece enfrentar uma situação paradoxal no Brasil: apesar do apoio majoritário ao regime democrático, quase 2/3 dos brasileiros não confiam - em diferentes graus - em parlamentos, partidos, governos, tribunais de justiça, polícia e serviços de saúde e educação (MOISÉS, 2008). As instituições democráticas brasileiras sofrem com altos níveis de desconfiança, acarretados, neste caso, por indiferenças ou a ineficiência institucional diante de demandas sociais, corrupção, fraude ou desrespeito de direitos de cidadania (LEVI, 1998; MILLER e

¹ Graduando do curso de Ciências Sociais da Universidade Estadual do Piauí. Bolsista PIBIC- UESPI. E-mail: raimundojesus88@gmail.com

² Graduando do curso de Ciências Sociais da Universidade Estadual do Piauí. E-mail: warley15052000@gmail.com

³ Professor do curso de Ciências Sociais da Universidade Estadual do Piauí. Doutor em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. E-mail: brunosouza@cchl.uespi.br. Endereço institucional: Departamento de Licenciatura Plena em Ciências Sociais, UESPI Campus Torquato Neto. Rua João Cabral, Matinha, Teresina/PI. CEP: 64002-150

LISTHAUG, 1999; DALTON, 1999; TYLER, 1998 apud MOISÉS, 2005). Todos esses fatores influenciam diretamente o funcionamento e a qualidade da atual democracia brasileira.

O cenário democrático brasileiro sofre com particularidades culturais que afetam a percepção de tal qualidade democrática. Percepções enraizadas por um passado autoritário dificultam a inserção e participação política. Segundo Moisés (1995), os vícios políticos herdados do período autoritário ainda persistem com força na cultura política brasileira, configurando-se, como uma ameaça para a democracia no país. É possível observar como a democracia, mesmo não tendo um alto grau de satisfação desde o início de sua implantação, ainda possui a preferência normativa por parte da população. Diante de todos os aspectos expostos sobre a democracia contemporânea brasileira e o nível de confiança nas instituições, busca-se a resposta à seguinte questão: qual a evolução da confiança institucional democrática brasileira e qual o nível de aprovação do atual regime?

Este artigo tem como objetivo verificar longitudinalmente a evolução da confiança nas instituições brasileiras e verificar o apoio à democracia entre 1995 e 2018. O levantamento de dados foi realizado a partir da base do Latinobarômetro, através de variáveis referentes à confiança nas instituições brasileiras como congresso, igrejas, governo e poder judiciário, além do apoio à democracia. Todos esses dados serão utilizados com o objetivo de fornecer uma visão da democracia brasileira no decorrer dos anos e o quanto ela está sendo apoiada pela população, podendo propiciar futuras análises a respeito do tema referente. Tal análise é pertinente na medida em que considera tanto o aspecto temporal mais amplo, do processo de consolidação democrática, como atualiza os dados de modo a examinar o panorama dos últimos anos, marcados por fortes instabilidades no cenário político nacional, desde as manifestações de junho de 2013, passando pelo impeachment de Dilma Rousseff, e as recorrentes crises verificadas posteriormente, chegando até o ano de 2018, em que Jair Bolsonaro é eleito Presidente da República.

O artigo é estruturado em quatro seções, além desta introdução. Na primeira, “Cultura política e qualidade da democracia”, busca-se descrever, a partir da revisão da bibliografia, as características da cultura política dos brasileiros e como esta influencia na qualidade da democracia brasileira no decorrer dos anos. Na segunda, “A confiança nas instituições brasileiras e apoio à democracia entre os anos 1995 e 2018”, serão analisados dados referentes às instituições e a respeito dos níveis de aprovação do atual regime. Na última seção,

“Conclusões”, são expostos os resultados obtidos das discussões impostas do artigo, indicando caminhos a serem explorados em pesquisas posteriores.

CULTURA POLÍTICA E QUALIDADE DA DEMOCRACIA

O estudo da cultura política vem a ser importante, pois trata-se das predisposições e orientações políticas estruturadas pela população, onde observa-se seus comportamentos e envolvimento com assuntos políticos e participação com o próprio regime estabelecido. Sendo assim a cultura política importante para a qualidade da democracia, pois grande parte do funcionamento do regime não parte apenas das instituições, mas também dos aspectos provenientes da cultura política.

A cultura política define-se, em termos gerais, como sendo o processo pelo qual as orientações e as atitudes dos sujeitos se estruturam em relação ao sistema político e as suas instituições (ALMOND; VERBA, 1965). Tomando por base esse conceito, pode-se observar que a democracia necessita não apenas de um bom funcionamento das instituições, mas depende da forma com que os cidadãos participam da política e se envolvem com a mesma. Na obra “Comunidade e Democracia”, Robert Putnam destaca a forma como a história deixa sua marca, corporificando as instituições, moldando-as com as necessidades de cada contexto social, econômico e político, podendo interferir na formação da identidade, no exercício do poder e no planejamento estratégico da política.

A respeito da participação política da população, é importante ressaltar as classificações das orientações políticas dos sujeitos, sendo elas de três tipos: (a) cognitivas, (b) afetivas e (c) avaliativas. As orientações cognitivas são aquelas concernentes aos conhecimentos e às crenças dos indivíduos a respeito dos objetos políticos. As orientações de cunho afetivo remetem aos sentimentos de ligação e envolvimento que os agentes partilham em relação a tais objetos. Já as orientações avaliativas, por sua vez, são uma combinação dos dois tipos anteriores, desembocando em julgamentos e opiniões em relação à política (ALMOND; VERBA, 1965). Todas essas orientações influenciam a forma com que cada indivíduo participa e toma suas escolhas políticas. Segundo Almond e Verba (1965), quanto mais os indivíduos creem que a sua participação possui importância no cenário político, mais isso implicará nas predisposições sobre a política, com isso quanto maior a autoestima, mais os cidadãos apresentarão interesse e vontade de participar da política.

Para compreender melhor como a cultura política funciona, podemos ressaltar o que Almond e Verba (1965) elaboraram acerca deste conceito. Eles classificaram a cultura política

em três tipos que podem ser considerados como ideais, sendo eles: (1) paroquial, (2) sujeito e (3) participante. No primeiro tipo, os cidadãos apresentam pouco ou nenhum conhecimento em relação à política. No segundo, os indivíduos apresentam um conhecimento relativamente elaborado a respeito dos mecanismos de satisfação das suas demandas, ao passo que não possuem o mesmo nível de conhecimento e interesse sobre os instrumentos de encaminhamento delas, sujeitando-se ao poder instituído, entendido, assim, como soberano ou absoluto. O terceiro tipo relaciona-se aos casos em que os cidadãos compartilham uma cultura política na qual são dotados de conhecimentos, orientações afetivas e avaliativas em relação ao sistema como um todo, e adotam, com isso, posturas ativas pelo fato de possuírem um bom nível de eficácia política subjetiva (ALMOND; VERBA, 1965). Em relação a esta classificação, de acordo com os referidos autores, a cultura que obtiver um balanço entre esses três tipos, poderá ser classificada como uma cultura cívica.

A influência de determinados padrões culturais, usos e costumes no funcionamento das instituições políticas brasileiras foi destacada por diferentes autores, como Holanda (1966), Leal (2012), Faoro (1973) e Da Matta (1979). O Brasil possui características de predominância de costumes de um passado colonial, como o clientelismo e o patrimonialismo que parecem nos dias atuais apenas terem se modernizado. Todo esse histórico, segundo Moisés (1995), norteia a compreensão de que mesmo após 30 anos do retorno à democracia, ela ainda não surtiu os efeitos esperados no que se refere às novas gerações. Cabe ressaltar alguns autores que defendem tal perspectiva, tais como: Ribeiro (2007 apud BAQUERO, 2014), Baquero e González (2011 apud BAQUERO, 2014), e González (2014 apud BAQUERO, 2014). Estes autores convergem à análise de que o período democrático não teve um efeito nas novas gerações para o desenvolvimento de valores e atitudes mais favoráveis à democracia (BAQUERO, 2014).

Dentro dessa construção de cultura política e qualidade democrática, cabe demonstrar brevemente o que pensa o brasileiro sobre democracia e o que seria uma democracia de qualidade. É fato que, mesmo com todos os seus percalços, o regime democrático continua sendo o preferido entre os brasileiros (DATAFOLHA, 2020), porém isso não gera uma consolidação do regime, pois segundo Shin (2005), Linz e Stepan (1996):

Um regime só está consolidado quando uma forte maioria da opinião pública acredita que os procedimentos e as instituições democráticas constituem o modo mais apropriado de governar

a vida coletiva numa sociedade como a deles (LINZ e STEPAN, 1996, p. 6).

Infelizmente, o Brasil não atingiu esse patamar, pois “mesmo 20 anos de reinstalada a democracia no Brasil, a maioria dos brasileiros apoia o regime, mas desconfia das instituições democráticas” (MOISÉS, 2010, p.269). Este fato demonstra a necessidade de legitimidade por parte das instituições, como fator fundamental no funcionamento da vida política de qualquer regime. Principalmente na democracia, onde a tomada de decisões afeta diretamente a vida das pessoas.

Sobre o que os brasileiros pensam ser uma democracia, pesquisas de opinião e de atitudes políticas mostram a reação quando pessoas comuns são questionadas sobre os conceitos de democracia, em tal situação, não é incomum os entrevistadores obterem como primeira reação afirmações tais como *"eu não sei bem, preciso pensar mais..."* para depois ouvirem um comentário complementar como *eu acho que é uma coisa importante...* ou *acho que precisamos dela...*", recebendo respostas típicas ou incompletas” (MOISÉS, 2010, p.275).

Toda essa incerteza faz com que a aceitação não necessariamente remeta à confiança e estabilidade do regime. Isso pode ser reflexo da falta de interesse na política, abordagens minimalistas do mundo político e/ou pelo pouco ou nenhum interesse dos governantes na construção de pensamento crítico-político por meio do sistema educacional (NEUMAN, 1986), destacando ainda que mesmo em países onde a democracia está consolidada, as pessoas possuem dificuldade ou nenhuma aptidão em conceituá-la.

Levando em consideração a cultura política dos brasileiros e a participação para com os assuntos políticos, ressaltados nos parágrafos anteriores, é possível observar que com os baixos níveis de participação política e de desconfiança nas instituições, apresenta-se uma expressão de hibridez na cultura política brasileira, uma vez que ela apresenta valores democráticos e há, simultaneamente, uma aceitação a respeito de práticas autoritárias, pois nota-se uma parcela da população que acha aceitável e legítima, por exemplo, a intervenção militar na política. Segundo González (2014) o Brasil vem a ser o país com o maior percentual de cidadãos que considera outras possibilidades de regime além da democracia. Com esse posicionamento da população, pode-se dizer que venha afetar a confiança institucional brasileira.

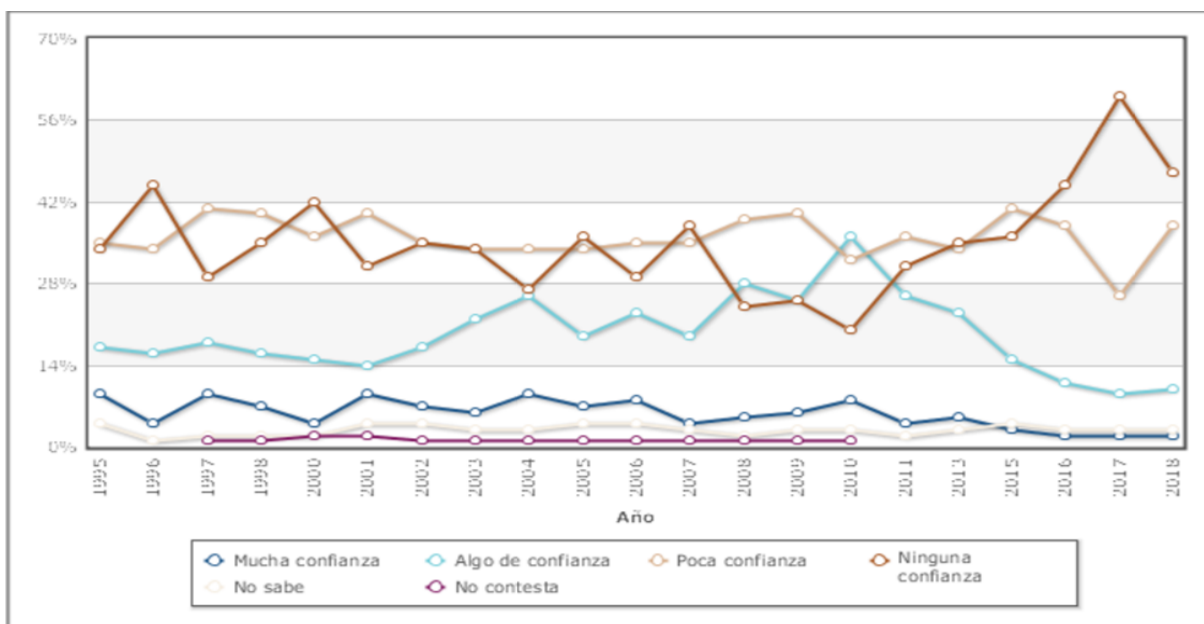
A próxima seção irá tratar da evolução da confiança nas instituições brasileiras entre os anos 1995 e 2018, através da análise de dados obtidos através do Latinobarômetro, a respeito da confiança nas instituições brasileiras no decorrer dos anos.

A CONFIANÇA NAS INSTITUIÇÕES BRASILEIRAS E APOIO À DEMOCRACIA ENTRE OS ANOS 1995 E 2018

É possível observar o quanto é importante a confiança institucional para o bom funcionamento das instituições, pois as regras institucionais parte da referência dos cidadãos, assim as instituições deveriam retratar valores coletivos a que se propõem a realizar. Com isso, segundo Moisés (2005, p. 42) “a confiança nas instituições estaria ligada ao fato de os cidadãos compartilhem uma perspectiva comum relativa ao seu pertencimento à comunidade política, uma circunstância implícita na justificação normativa das instituições”. Através desta confiança, seria oferecido um bom funcionamento das instituições e seriam realizados os seus papéis para os quais foi estabelecida.

No caso do Brasil, em uma análise longitudinal, a confiança nunca obteve um nível contínuo em seus anos de democracia, chegando a ser um dos menores índices de confiança nas instituições por país na América Latina. Seguem abaixo os gráficos com dados a respeito da confiança institucional brasileira entre os anos 1995 e 2018, ressaltando as instituições congresso, igreja, governo e poder jurídico. O congresso vem a ser o nível mais elevado do poder legislativo do Brasil e divide com o executivo (governo) e o jurídico (tribunais) a tarefa de conduzir o país. Sua função é elaborar, debater, aperfeiçoar e aprovar as leis. Os primeiros dados a serem analisados, no gráfico I, dizem respeito à confiança das pessoas para com esta instituição tão importante para o regime democrático do país.

Gráfico I- Confiança no congresso (%)



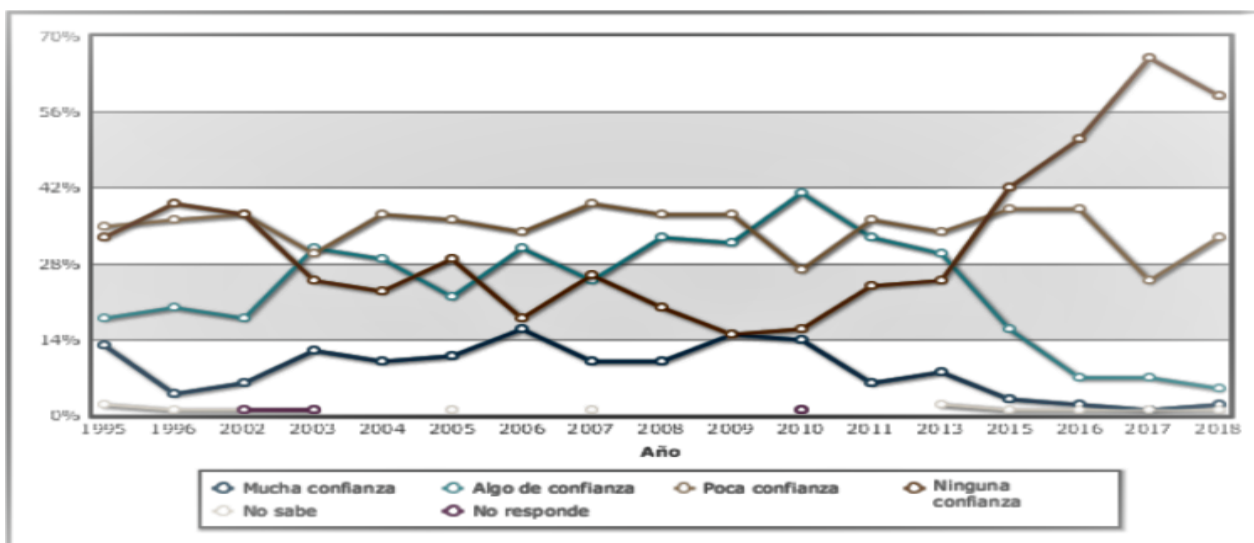
Fonte: Latinobarômetro

n 1995= 1200; 1996=1080; 1997=1001; 1998=1000; 1999=1000; 2000=1000; 2001=1000; 2002=1000; 2003=1200; 2004=1204; 2005=1204; 2006=1204; 2007=1204; 2008=1204; 2009=1204; 2010=1204; 2011=1204; 2012=1204; 2013=1204; 2015=1204; 2016=1204; 2017=1200; 2018=1204.

Através dos dados é possível observar como o nível de confiança no congresso não apresenta uma consistência no decorrer dos anos, chegando a ter baixos níveis de confiança nos anos iniciais. Entretanto, no ano de 2010 houve um aumento na categoria de alguma confiança, chegando a 38%. Porém nos anos seguintes e atuais, essa confiança vem apresentando uma queda constante. Com essa queda é possível observar como ocorreu um pico de nenhuma confiança de 58% em 2017, correspondendo à presença de uma alta desconfiança nesta instituição.

No que se refere à confiança no governo entre os anos de 1995 a 2018, o gráfico a seguir traz os seguintes dados:

Gráfico II- Confiança no governo



Fonte: Latinobarómetro

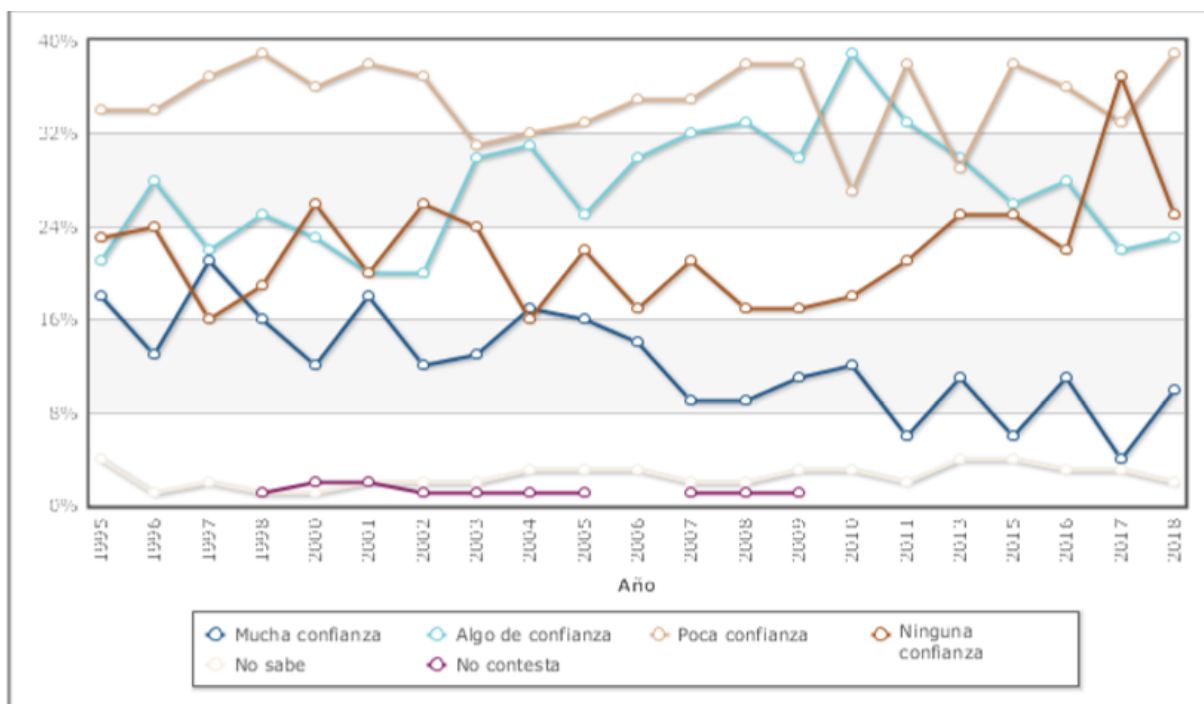
n 1995=1200; 1996=1080; 2002=1000; 2003=1200; 2004=1204; 2005=1204; 2006=1204; 2007=1204; 2008=1204; 2009=1204; 2010=1204; 2011=1204; 2012=1204; 2013= 1204; 2015=1250; 2016=1204; 2017=1200; 2018=1204.

Em análise, nota-se que entre os anos de 2015 a 2018, a porcentagem de pessoas que afirmaram nenhuma confiança no governo subiu vertiginosamente, chegando em 2017 a atingir quase 70% dos entrevistados. Apresentando uma leve queda em 2018, para uma taxa de quase 56%. Consequentemente, a porcentagem de pessoas que afirmaram muita confiança foi menor em 2017. Ainda temos de 2010 a 2018, uma drástica queda no número de pessoas que afirmam alguma confiança no governo.

Em linhas gerais, a análise da confiança dos cidadãos no governo, nos serve de exemplo na busca por elaborar possíveis panoramas da atual situação paradoxal no que se refere à democracia. Segundo Moisés, as democracias modernas atribuíram papel especial às instituições ao defini-las como o meio através do qual os cidadãos realizam as suas aspirações e os seus interesses, dando a elas função de mediadora, exigindo assim uma maior resposta concreta por parte da democracia. Se temos baixos níveis de confiança no governo, é possível que isso afete diretamente o apoio à democracia.

Já o poder judicial tem como função primária resguardar a Constituição e garantir o respeito integral aos direitos do homem. Sendo independente, é responsável por interpretar e julgar as demandas das demais legislações que compõem o sistema jurídico (KONDER, 2004). No que tange à confiança no poder judicial, temos o seguinte cenário:

Gráfico III- Confiança no poder judicial (%)



Fonte: Latinobarómetro

n 1995=1200; 1996=1080; 1997=1001; 1998=1000; 2000=1000; 2001=1000; 2002=1000; 2003=1200; 2004=1204; 2005=1204; 2006=1204; 2007=1204; 2008=1204; 2009=1204; 2010=1204; 2011=1204; 2013=1204; 2015=1250; 2016=1204; 2017=1200; 2018=1204.

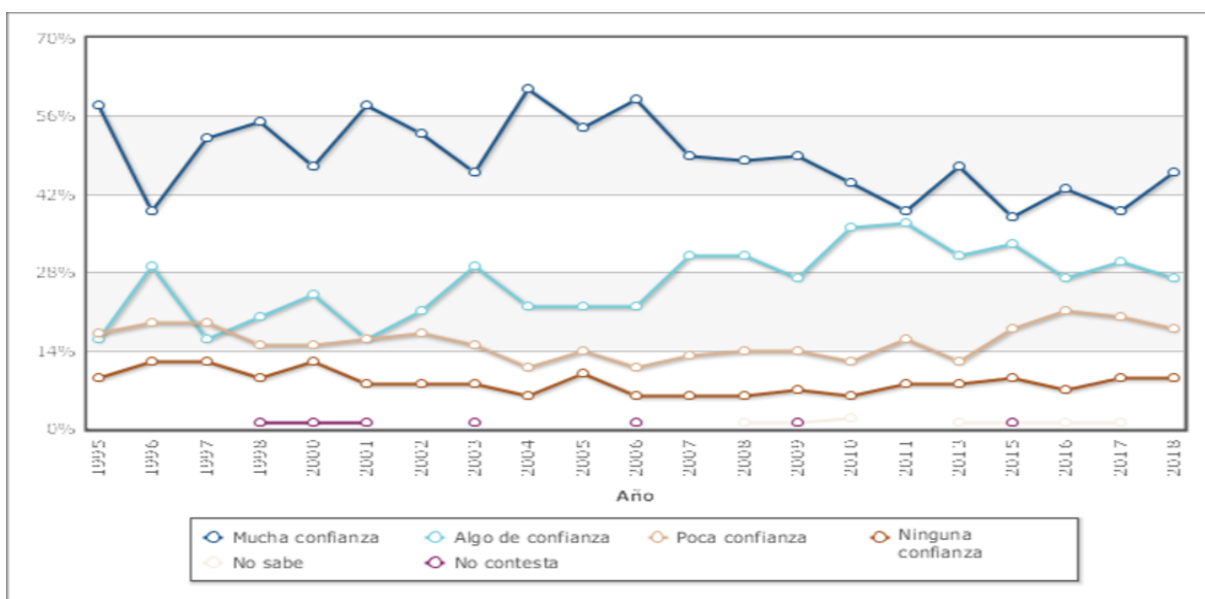
Considerando a confiança no poder judicial, temos desde o ano de 2001, uma queda constante no número de pessoas que apresentaram muita confiança no poder judicial, atingindo uma taxa de um pouco mais de 8% dos entrevistados em 2018. Dentre as pessoas que afirmaram nenhuma confiança, temos certa estabilidade de 24/25% entre 1995 a 2007. No entanto, no ano de 2017, temos a maior taxa de pessoas que afirmaram nenhuma confiança no poder judicial, com porcentagem de quase 40% dos entrevistados. Cenário que pode conter relação com a onda antidemocrática vivida, que potencializa o governante em detrimento as instituições que estão mais intimamente ligadas a democracia.

Ainda que considerando o potencial antidemocrático dessa desconfiança, é importante salientar que as ações do poder judiciário têm estado em xeque nos últimos anos a partir de uma excessiva autonomização desse poder. A esfera judiciária passou por mudanças importantes do ponto de vista da influência. Segundo Luiz Vianna Werneck, os juízes passaram a ter mais poder e a influenciar mais dimensões da vida social e política (WERNECK, 1999, p.272). Essa judicialização da vida social, faz com que alguns autores percebam que a participação direta dos juízes não se dá nesse momento só pela execução das

leis, como também por princípios e de alguma forma, isso garante mais autonomia ao poder judiciário (GARAPON 2001, p. 40-41).

Outra instituição importante a ser analisada é a igreja, mesmo não sendo uma instituição pertencente à ordem democrática, possibilita uma função segundo Azevedo (2004) de “agir, porém, de modo a influir na política e nas políticas, com base em sua mensagem religiosa e sociopolítica. Sendo assim esse papel resultante de todo um processo ideológico e histórico de construção de uma identidade específica da própria igreja no Brasil”. Seguindo analisando os dados a respeito da confiança institucional brasileira, o gráfico II apresenta os índices da confiança na igreja, com objetivo de analisar o nível de confiança na mesma:

Gráfico IV- Confiança na Igreja



Fonte: Latinobarômetro

n 1995=1200; 1996=1080; 1997=1001; 1998=1000; 1999=1000; 2000=1000; 2001=1000; 2002=1000; 2003=1200; 2004=1204; 2005= 1204; 2006= 1204; 2007=1204; 2008=1204; 2009= 1204; 2010=1204; 2011=1204; 2013=1204; 2015=1250; 2016=1204; 2017=1200; 2018=1204.

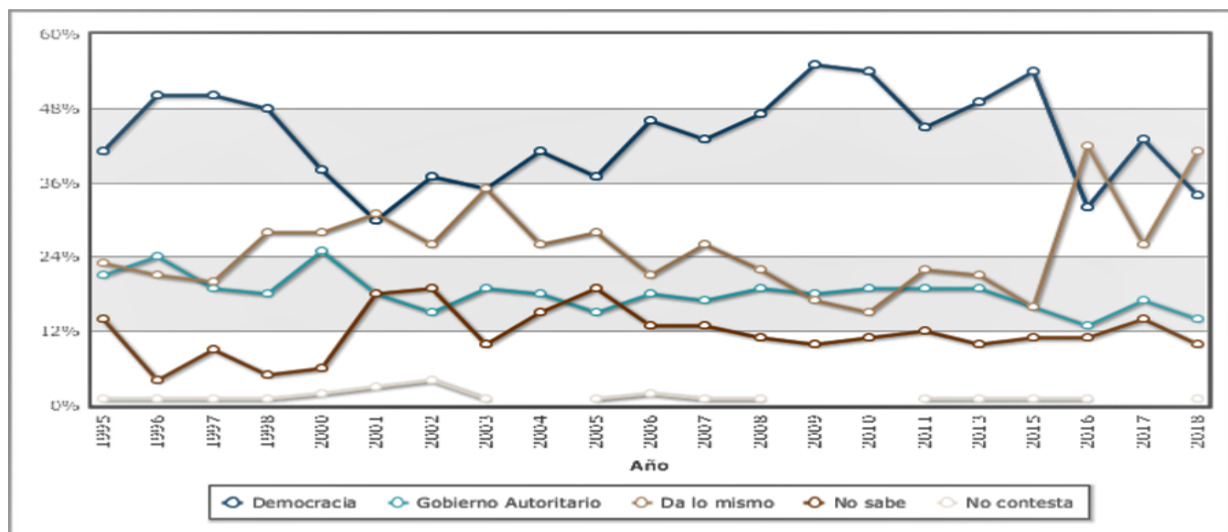
Sendo a igreja a instituição que apresenta o maior índice de confiança entre as instituições, observa-se uma consistência de confiança no decorrer dos anos, podendo concluir que, o nível de confiança dos brasileiros é maior a respeito à religião, com isso pode-se deduzir que a população apresenta mais credibilidade em confiar na igreja, fazendo com que apresente uma cultura política paroquial, assim apresentando um baixo ou nenhum

conhecimento com relação à política. A partir disso, pode-se observar que com os baixos níveis de conhecimentos da população a respeito à democracia, levam a uma terceirização da posição política, possibilitando que as esferas religiosas orientem as tomadas de decisões por parte dos cidadãos.

Após ressaltar dados referentes a confiança institucional, é relevante trazer uma relação aos níveis de aprovação do atual regime, pois é notória a importância de haver o apoio à democracia, uma vez que ele ajuda a garantir a legitimidade do regime, e também auxilia para o bom funcionamento da mesma, pois a democracia não funciona apenas pela existência das instituições e nem pelo direcionamento da população para as urnas nos períodos eleitorais, mas também pelo apoio da população com relação ao regime e através de predisposições e comportamentos políticos para com a democracia. Segundo Baquero (2016, p.498) “argumenta-se que a legitimidade da democracia depende de fatores políticos culturais”, assim ressaltando a importância da participação da população para com assuntos políticos, favorecendo a legitimidade do regime. Levando em consideração todos esses aspectos, é possível observar que houve uma deterioração precoce do sistema democrático brasileiro do ponto de vista da opinião pública, podendo-se dizer pela razão de haver um desempenho abaixo do esperado do regime, justamente pela falta de resposta eficiente para com as necessidades da população, acarretando baixos níveis de apoio.

Na busca de uma breve exemplificação, será exposto um gráfico que revela níveis de apoio dos brasileiros e a variação desta confiança entre os anos de 1995 e 2018. A pesquisa leva em consideração cinco pontos: A democracia é preferível a qualquer forma de governo; em algumas circunstâncias um governo autoritário é preferível; qualquer um dos dois; não sabe; não respondeu.

Gráfico V – Apoio à democracia (%)



Fonte: Latinobarômetro

n 1995=1200; 1996=1080; 1997=1001; 1998=1000; 2000=1000; 2001=1000; 2002=1000; 2003=1200; 2004=1204; 2005=1204; 2006=1204; 2007=1204; 2008=1204; 2009=1204; 2010=1204; 2011=1204; 2013=1204; 2015=1250; 2016=1204; 2017=1200; 2018=1204.

Observa-se no gráfico, que os anos de 2009 e 2015, apresentaram as maiores taxas de apoio na democracia, enquanto a taxa de pessoas que acreditam em que algumas situações são preferíveis um governo autoritário mantém uma certa constância desde o ano de 2002 a 2018. No entanto, o percentual que prefere tanto um quanto outro, cresceu vertiginosamente entre os anos de 2015 e 2018. Nota-se que mesmo que maior adesão à democracia, sua inconstância e no percentual de apoio é considerável. Há uma complexidade em relacionar tais pontos, mas é possível considerar que de alguma forma, isso abra espaço ao autoritarismo em detrimento a democracia.

Sintetizando o que foi apresentado até aqui, nesta seção, foi exposto uma relação entre a confiança nas instituições e o apoio à democracia. Foram apresentados gráficos que mostraram níveis de confiança no Congresso Nacional; Governo; Poder Judicial e Igreja, juntamente com a relação contraditória do apoio e a confiança na democracia. No que tange ao apoio ao regime, temos níveis de apoio que oscilam, mas que continuam configurando uma preferência dos brasileiros pela democracia. Quando verificamos as predisposições dos entrevistados em relação às instituições, porém, a desconfiança é predominante. Entretanto, cabe mencionar que na igreja, os níveis de confiança mantiveram-se altos. Mesmo que ela não apresente uma relação direta com o funcionamento formal da democracia, tal confiança pode influenciar no contexto político e nas posturas dos atores políticos diante dessa configuração social. A seção seguinte trará algumas considerações finais do exposto no geral.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo teve como objetivo ressaltar a evolução da confiança nas instituições brasileiras e o apoio à democracia brasileira entre 1995 e 2018, buscando apontar aspectos relacionados à cultura política brasileira e qualidade democrática, apontando as características da cultura política dos brasileiros a respeito da participação nos assuntos políticos e suas predisposições estruturadas na população. Buscou-se analisar a confiança nas instituições brasileiras entre 1995 e 2018, apresentando dados sobre a confiança institucional brasileira. Por fim, buscou-se apresentar a análise dos respectivos dados com relação ao apoio da população brasileira para com a democracia.

Diante dos atinentes assuntos pode-se retirar as devidas conclusões. Primeiramente, ao citar as características e a importância da cultura política, pôde-se observar que as predisposições políticas culturais da população brasileira se encontram com certas dúvidas a respeito dos assuntos políticos e do apoio do regime, pois nota-se a presença de predisposições enraizadas desde o período autoritário, em que nota-se uma porcentagem da população que tende a optar por regimes autoritários ou mesmo à indiferença, fazendo com que possa haver uma diminuição na qualidade do regime.

Através das análises dos dados com relação à confiança nas instituições brasileiras, o estudo deixou claro como a confiança institucional nunca se encontrou em uma estabilidade em todos os anos do regime, tendo assim altos e baixos nos determinados períodos. Encontrou-se um contraponto nesta análise, sendo ela referente a igreja, pois apresenta maior confiança em relação às demais instituições examinadas. A partir disso, quando grande parte da população confia na igreja, logo, remete-se a uma cultura política paroquial, onde a população apresenta baixos níveis de entendimento para com assuntos políticos.

Com relação ao apoio da população brasileira para com a democracia, observou-se que há uma importância no suporte da mesma, pois vem a ser uma forma pela qual o regime pode ser legitimado e apresentar um bom funcionamento. Portanto, a legitimidade de um regime depende de aspectos políticos culturais, sendo assim a participação e apoio ao regime, cruciais para sua legitimidade e funcionamento. Através da análise dos dados, pôde-se observar que em grandes partes dos anos o apoio e preferência pela democracia apresentaram-se em altos e baixos, mas nos últimos anos há um crescimento na parcela da população que se apresenta indiferente, criando uma incerteza a respeito do regime.

Ao reunir todos esses aspectos, ficou claro que a cultura política brasileira se encontra com predisposições e costumes que ainda estão enraizados desde o período colonial,

favorecendo com que predomine em grande parte da população a preferência por regimes autoritários, ao invés do regime democrático, com isso podendo incidir na confiança das instituições, fazendo com que se apresentem altos níveis de desconfiança institucional. Isso pode afetar a legitimidade do regime, impactando na qualidade e desenvolvimento democrático no país. Conclui-se reafirmando a importância de se analisar a cultura política de um determinado país, pois acaba sendo uma porta para o entendimento do funcionamento de algumas das dinâmicas políticas verificadas nos diferentes contextos, tanto no âmbito das instituições como mesmo à margem delas. Nesse caso, a opinião pública e a cultura política desempenham papéis importantes no que concerne ao funcionamento da democracia e sua trajetória, uma vez que impactam sobre as ações dos atores políticos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMOND, G.; VERBA, S. ***The civic culture: political attitudes and democracy in five nations***. Boston: Little, Brown and Company (Inc.), 1965.

AZEVEDO, Dermi. **A igreja católica e seu papel político no Brasil**. ESTUDOS AVANÇADOS 18(52), 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ea/v18n52/a09v1852.pdf>. Acesso em 18 de nov. de 2020.

BAQUERO, Marcello. GONZÁLEZ, Rodrigo S. Cultura política, mudanças econômicas e democracia inercial. Uma análise pós-eleições de 2014. In _____. **Opinião pública**, Campinas, vol. 22, nº 3, dezembro, 2016. p. 492-523.

BAQUERO, Marcello. **Cultura política, mudanças econômicas e democracia inercial. Uma análise pós-eleições de 2014**. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/op/v22n3/1807-0191-op-22-3-0492.pdf>. Acesso em 9 de fevereiro de 2021.

DAHL, R. **Sobre a democracia**. Tradução de Sidou, B. Brasília, Universidade de Brasília, 2001, p. 49 – 50.

DAHL, Robert Allan. **Sobre a Democracia**. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5505869/mod_resource/content/1/dahl%20caps%204%20e%205.pdf. Acesso em 20 de outubro de 2020.

DA MATTA, R. **Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro**. Rio de Janeiro: Rocco, 1979.

FAORO, R. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro**. São Paulo: Globo, 1973.

GARAPON, Antoine. **Juiz e a democracia: o guardião das promessas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2001.

González, R. “Qualidade da democracia, eleições presidenciais e apoio à democracia na América Latina”. *Temas y Debates*, vol. 28.

HOLANDA, S. B. **Raízes do Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1966. **Apoio a democracia recua no Brasil**. DATAFOLHA, 2020. Disponível em: <https://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2020/01/1988569-apoio-a-democracia-recua-no-brasil.shtml>. Acesso em: 05 de janeiro de 2021.

LINZ, J. J. and A. Stepan, A. **Problems of Democratic Transition and Consolidation** (Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1996).

MOISÉS, José Álvaro. **A desconfiança nas instituições democráticas**. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/op/v11n1/23694.pdf>. Acesso no dia: 03 de fevereiro de 2021.

MOISÉS, José Álvaro. **O significado da democracia segundo os brasileiros**. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/op/v16n2/a01v16n2.pdf>. Acesso em: 10 de fevereiro de 2021.

MOISÉS, José A. A desconfiança nas instituições democráticas. In_____. **Opinião pública**, Campinas, Vol. XI, nº 1, março, 2005, p. 33-63.

NEUMAN, W.R. **The Paradox of Mass Politics** (Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1986).

SHIN, D.C., “**Popular Support for Democracy and Institutional Trust in Korea**. (2005).

Ribeiro, E. A. “**Cultura política, instituições e experiência democrática no Brasil**”. *Revista de Sociologia e Política*, vol. 28, p. 205-219, 2007.

SOUZA, Bruno M. Cultura política e capital social: uma revisão teórica acerca de dois conceitos centrais nos estudos de comportamentos e atitudes políticas. In_____. **Conexão Política**, Teresina v. 5, n. 1, jan./jun. 2016, p. 9 – 21.

VIANNA, Luiz Werneck *et al.* **A judicialização da política e das relações sociais no Brasil**. Rio de Janeiro: Revan, 1999. 272 p.

DOI 10.36066/compecs.v2i24.12726

NETNOGRAFIA: DIFICULDADES DE UMA ETNOGRAFIA VIRTUAL

NETNOGRAPHY: DIFFICULTIES OF A VIRTUAL ETHNOGRAPHY

Felipe Bonomi de Lima¹

Recebido 28/01/2021; aceito em 16/08/2021

DOI 10.36066/compcs.v2i24.12575

Resumo: Comunidades virtuais, assim como vários agrupamentos sociais, são também objetos valiosos de estudo. Nesse contexto virtual, a etnografia se faz ferramenta valiosa para estes estudos, porém em um meio diferente, o virtual, não é de se estranhar novas dificuldades possam surgir, obrigando o pesquisador a reinventar sua pesquisa e seu trabalho. Nesse momento cabe a pergunta: Quais as dificuldades da netnografia? E ainda: Como contorná-las?

Palavras-chave: Netnografia; etnografia; comunidades virtuais.

Abstract: Virtual communities, as well as various social groups, are also valuable objects of study. In the virtual context, ethnography becomes a valuable tool for these studies, but in a different medium, the virtual, it is not surprising that new difficulties may arise, forcing the researcher to reinvent his research and his work. At this point, the question is: What are the difficulties of netnography? And yet: How to get around them?

Keywords: Netnography; ethnography, virtual communities.

Introdução

Ao analisar produções netnográficas, tendo como suporte a base de dados Web of Science™, Mesquita (2018) e associados produzem uma análise relevante sobre o uso das metodologias netnográficas em pesquisas acadêmicas. Apontando um crescimento significativo nos trabalhos que seguem essa vertente da etnografia.

A Etnografia já conhecida se origina na Antropologia Social com os estudos de Malinowski (1978), trazendo a proposta de um estudo aprofundado de comunidades, que como Cavedon (2003) define tem como propósito compreender o estilo de vida e cultura das sociedades estudadas e observadas.

Já a netnografia, termo utilizado por Kozinets (1997), apresenta uma proposta de metodologia derivada da etnografia, que corresponde ao estudo e análise de comunidades virtuais.

Artigos como de Mesquita (2018) e também de Polianov (2013), usando como base os estudos de Kozinets, autor que publica artigos e livros sobre o assunto desde 1997, debatem

¹ Mestrado em Ciências Sociais - Universidade Estadual de Maringá.av. Colombo, 5790, 87020900- Maringá - PR. felipebonomi@hotmail.com

sobre netnografia e etnografia, suas diferenças e dificuldades, dialogando com reflexões como a de Sá (2005, p.33) que afirma que a netnografia é uma “reivindicação de uma atitude/atividade eminentemente interpretativista, sustentada pela prática da observação participante”.

A cada trabalho realizado o pesquisador sério precisa se munir de ferramentas que capacitem e validem a qualidade dos seus dados. Dessa maneira, análises e questionamentos metodológicos são importantes não apenas por uma questão linguística, mas também para um esclarecimento sobre as diferentes ferramentas que os pesquisadores podem utilizar.

Entender como se dá a construção de conhecimento e como se utilizar das ferramentas metodológicas é o que causa. Os desafios da ciência não devem desviar o pesquisador (Mesquita, 2018), mas sim servir como incentivos para que o pesquisador possa seguir as orientações de Bourdieu (1989), que o trabalho do pesquisador como o de procurar, indagar, questionar o mundo, principalmente aquele que rodeia o pesquisador.

Dentro desse aspecto, embora muito ainda possa ser debatido em torno das questões linguísticas, e até mesmo sobre as diferenças entre netnografia e etnografia, algo que não deve passar despercebido é que estudos de comunidades virtuais estão sendo realizados.

Trabalhos que trazem consigo não somente dados referentes aos agrupamentos sociais que observam, mas também experiências práticas e dificuldades encontradas no trabalho de campo.

Para continuarmos esse debate, iremos considerar que a netnografia como um ramo virtual da etnografia, seguindo como é definida por Kozinets (2014, pp.61-62) uma “pesquisa observacional participante baseada em trabalho de campo online” que “usa comunicações mediadas por computador como fonte de dados para chegar à compreensão e à representação etnográfica de um fenômeno cultural ou comunal”, sendo que a netnografia, como aponta Kozinets, representa:

(...) a tentativa de reconhecer a importância das comunicações mediadas por computador nas vidas dos membros da cultura, de incluir suas estratégias de coleta de dados a triangulação entre diversas fontes online e off-line de compreensão cultural, e de reconhecer que, como entrevistas ou semiótica, a netnografia tem seus próprios conjuntos de práticas e procedimentos exclusivamente adaptados que a distinguem da conduta de etnografia face a face (Kozinets, 2014, p.62).

Partindo dessa compreensão sobre o que é netnografia, o convite é para que observemos a metodologia de pesquisa netnográfica como um objeto de estudo. Para esse feito, é possível observar e debater os contratemplos enfrentados por LIMA (2020) em sua pesquisa de mestrado, onde em meio ao seu estudo teve que lidar com o arquivamento da comunidade que observava.

Comunidades virtuais, mas não imortais

O senso comum pode nos induzir a pensar que se algo está na internet, estará na internet para sempre. No entanto, não é bem assim que a internet funciona.

O fim do Orkut em 2014 já demonstrou na prática como comunidades virtuais podem (ou não) morrer. Porém, não é preciso que o site seja fechado, saia do ar, para que uma comunidade acabe.

Trazer o exemplo do Orkut é bastante peculiar, pois em seu trabalho de mestrado, Lima (2020), acompanha a comunidade Survivor Downloads, um grupo formado por fãs do reality show Survivor. A peculiaridade se faz presente pelo fato de que, ironicamente, o grupo escolhido como foco de estudo iniciou sua história justamente pelo orkut, se manteve unido e migrou ao facebook, onde ironicamente acabou sendo arquivado.

Segundo Lima (2020):

“O caminho da comunidade parecia estável, mesmo oscilando a participação dos membros da comunidade durante os períodos de hiato entre uma temporada em outra, tudo caminhava de forma aparentemente tranquila, como em todos os anos anteriores.” (LIMA, 2020, p.56).

Esse relato é importante pois demonstra que o pesquisador nunca deve ficar seguro em relação ao seu objetivo de estudo. Por mais tranquila que a comunidade possa transparecer muitas coisas podem acontecer.

No caso dessa comunidade específica, como nos conta Lima (2020), o que abalou suas estruturas foi o surgimento de um site especializado. Uma nova plataforma que trouxe consigo novos moderadores e fomentou a criação de um novo agrupamento, literalmente uma nova comunidade virtual, que atraiu os frequentadores de uma comunidade a outra e culminou na decisão dos administradores em arquivar a comunidade inicialmente observada.

Jenkins (2009), quando analisa as comunidades virtuais já alertava que:

[...] essas novas comunidades são definidas por afiliações voluntárias, temporárias e táticas, e reafirmadas através de investimentos emocionais e empreendimentos intelectuais comuns. Os membros podem mudar de um grupo a outro, à medida que mudam seus interesses, e podem pertencer a mais de uma comunidade ao mesmo tempo. (JENKINS, 2009, p. 57)

Como esta afirmação de Jenkins (2009) nos esclarece a afiliação dos participantes de grupos como do estudo em questão, dos grupos de consumo de seriados e reality shows, é um tipo de participação que permite com que casos como esses aconteçam.

Em outras palavras, um indivíduo que hoje participa de forma engajada em uma comunidade pode, no dia seguinte, mudar seus interesses e sua forma de ação. Se hoje assisti um seriado, amanhã poderei assistir outro. Se hoje participa e faz publicações em um grupo, logo mais pode estar envolvido e ativo em outros grupos.

Ou seja, sua participação não é fixa, nenhum indivíduo tem obrigação de participar de uma comunidade virtual. Moderadores podem se desinteressar pelo trabalho voluntário que realizam. Ausência de novos episódios ou novas teorias podem esfriar o envolvimento e consequentemente as comunidades criadas em torno de produções seriadas. Assim como o surgimento de outro site e outra comunidade, mesmo que sobre o mesmo assunto, pode também atrair e causar uma migração de indivíduos.

É compreensível que o pesquisador, ao se deparar com uma situação como esta, fique momentaneamente sem rumo.

Porém, é em momentos como este que a netnografia mostra seus vínculos com a etnografia. O pesquisador, tendo bases sólidas, pode se utilizar de soluções e orientações de diferentes frentes para se portar frente aos imprevistos.

Angrosino (2009) define a etnografia como a descrição de um povo. Um trabalho que não é fácil, principalmente quando no campo virtual, onde rastrear dados sobre diferentes usuários pode ser tão complicado.

Em sua obra “Argonautas do Pacífico Ocidental” Malinowski (1978) traz uma visão bem clara de como imaginar o trabalho etnográfico. O autor diz: “Imagine-se o leitor sozinho, rodeado apenas de seu equipamento, numa praia tropical próxima a uma aldeia nativa, vendo a lancha ou o barco que o trouxe afastar-se no mar até desaparecer de vista” (MALINOWSKI, 1978, p. 19). Essa descrição do autor permite imaginar o cenário descrito, permite que o leitor

ao ler seu trabalho consiga fechar seus olhos e imaginar a aldeia, o barco e os diferentes fatores e fenômenos relatados.

Porém, o trabalho netnográfico traz consigo o agravante de ser feito virtualmente. Vínculos e laços que criam, fortalecem e unem as comunidades digitais são muito mais turvos.

Não que o trabalho netnográfico seja necessariamente mais difícil ou complicado, mas sim que é igualmente muito complexo, sendo que as falas Geertz (2001, p. 20) sobre etnografia uma descrição extremamente pertinente..

O autor afirma que:

Fazer etnografia é como tentar ler (no sentido de construir uma leitura de) um manuscrito estranho, desbotado, cheio de elipses, incoerências, emendas suspeitas e comentários tendenciosos, escrito não com os sinais convencionais do som, mas com exemplos transitórios de comportamento modelado. (Geertz, 2001, p. 20)

O mesmo pode ser dito sobre a netnografia.

Casos como o de Lima (2020) mostram como o campo virtual também pode ser confuso, estranho e cheio de elipses e incoerências.

Nesse ponto, é possível lembrar das falas de Malinowski (1978). Seja na etnografia ou na netnografia é de extrema importância o relato honesto de todos fatos e dados, somente assim a pesquisa terá valor científico irrefutável. É preciso, em um trabalho sério, que seja possível distinguir claramente os resultados da observação direta, as declarações e interpretações nativas das inferências do autor, baseadas em seu próprio bom senso e intuição psicológica.

A reflexão que intento atingir ao retomar lições vindas da etnografia tem como objetivo reverberar sobre o trabalho acadêmico, especialmente no processo de decisão dos pesquisadores.

Todo projeto pode encontrar contratempos e são nesses momentos que o responsável precisa demonstrar suas qualidades pessoais, principalmente seu cabedal de conhecimento como cientista social. Momentos de imprevistos práticos e teóricos exigem não somente tranquilidade para entender e refletir sobre situação enfrentada, como também conhecimento das possibilidades teóricas que permitam aproveitar a oportunidade para explorar novas metodologias e campos teóricos.

Uma pesquisa não precisa seguir do começo ao fim a metodologia e as teorias levantadas inicialmente no início do projeto. Na verdade, pelo contrário, quanto mais um trabalho científico conversa e dialoga com outras metodologias e teorias, mais rico o produto final se torna.

Nesse sentido é pertinente observar as escolhas realizadas por Lima (2020) em seu trabalho. Mesmo usando a netnografia de Kozinets (2015), com forte influência dos ensinamentos de Jenkins (2009), o autor não se omite quando precisa optar por outros caminhos.

Em tempo, ressalto que ao analisar e citar as escolhas do autor no momento da execução de seu trabalho não pretendo afirmar que ele fez as opções certas ou erradas. Muito menos de que todos deveriam tomar ou evitar os mesmos caminhos. Viso apenas refletir sobre é necessário analisar bem e muitas vezes buscar outros caminhos para dar continuidade ao trabalho que está sendo realizado, mesmo que para isso seja preciso recorrer a outras metodologias e teorias.

Quando, mesmo que de maneira tímida, Lima (2020) nota diferenças na forma de consumo e torcida entre os fãs brasileiros e americanos do reality show Survivor, é importante que o autor escolha questionar a Cultura da Convergência apresentada por Jenkins (2009).

Mesmo sendo um autor respeitável e reconhecido internacionalmente, Jenkins não é o dono da verdade. As teorias e descobertas propostas pelo professor norte-americano podem não representar o mesmo para uma comunidade diferente, mesmo que seja um agrupamento que fale sobre o mesmo assunto ou tenha propostas parecidas com a observada originalmente.

Nesse aspecto, Lima (2020), diz:

Embora a massificação da internet tenha permitido de fato um acesso mais robusto a diferentes conteúdos, que a cada dia podem ser consumidos por mais e mais cidadãos, isso não quer dizer que todos irão consumir da mesma forma, muito menos interagir com outras pessoas em torno do conteúdo da mesma maneira.” (Lima, 2020, p.89)

O que essa fala nos esclarece e reforça é justamente sobre a importância da pesquisa científica social. Dados adquiridos quando se observa uma comunidade não necessariamente se aplicará sobre outras, mesmo que seja em uma comunidade muito parecida. Como observa Lima (2020), o fã de Survivor brasileiro não irá consumir e se portar da mesma maneira que o fã norte-americano, mesmo que ambos estejam vendo o mesmo show. Ao perceber essa diferença o autor pode então trazer para diálogo as falas de Appadurai (2004), questionando o

processo de americanização, mostrando como o processo de cultivação não é plano, nem genérico.

Mesmo que existam influências, essas influências não serão as mesmas em todos os públicos. Sendo um processo muito mais amplo e que envolve muitos mais fatores que o consumo, mas também valores culturais anteriores que podem ser muito variados, permitindo que cada pesquisa venha a apontar para resultados diferentes. (Lima, 2020, p.94).

Além dessa divergência teórica sobre a teoria da convergência, destaco também a opção por buscar novos embasamentos metodológicos e teóricos para continuar seu trabalho, onde seguindo orientações de Latour (2012), o autor persistiu em sua pesquisa trazendo informações sobre a reestruturação do grupo, entendendo que:

As formações de grupos deixam muito mais traços em sua esteira do que as conexões já estabelecidas, as quais, por definição, devem permanecer mudas e invisíveis. Se um dado conjunto aí está pura e simplesmente, então é invisível e nada pode dizer a seu respeito. O conjunto não deixa rastros e, portanto, não gera nenhuma informação; se é visível, está se fazendo e gerará dados novos e interessantes. (LATOUR, 2012, p. 54)

Como dito anteriormente, não afirmo que a escolha foi certa ou errada, mas ao se deparar com uma situação imprevista o autor acerta em buscar opções para continuar sua pesquisa.

Ao se deparar com o fim do seu objeto de pesquisa é muito compreensível que um pesquisador, seja graduando, mestrando ou doutor, se preocupe com a situação enfrentada. De fato não é uma situação fácil, porém a escolha por seguir o trabalho é imprescindível, independente da escolha que seja feita. Por isso afirmo que, nesse ponto, Lima (2020) acerta ao procurar outros caminhos.

A opção do autor em questão foi analisar e relatar não somente o grupo que existia, mas refletir também sobre o reagrupamento e a importância dos mediadores para a permanência e existência dos grupos.

Em tempo, ao analisar os acontecimentos em torno da comunidade que observava Lima (2020, p.61) aponta alguns pontos que podem ajudar pesquisadores em situações parecidas, dos quais destaco dois:

Primeiro: “a possibilidade de uma nova análise para o pesquisador ao se deparar com um processo de reagrupamento em seu grupo de pesquisa”.

Não é sempre que iremos nos deparar com essa situação, mas é importante compreender que durante o estudo de comunidades virtuais é possível encontrar momentos onde exista não só a criação de uma nova comunidade ou um reagrupamento, mas também o arquivamento, o fim, deste agrupamento.

Nesse ponto, é necessário compreender que por mais assustador que possa parecer para o pesquisador situações como estas não simbolizam o fim das possibilidades de reflexões e debates em torno do objeto de estudo.

Segundo ponto ressaltado pelo autor é sobre a necessidade de observar “o preparo de um grupo para lidar com novos mediadores”, pois segundo Lima (2020, p.61), este é um fator que “pode levar a uma reformulação ou até mesmo um reagrupamento”.

Observações valiosas e que podem contribuir muito para pesquisadores que possam vir a se deparar com situações similares, onde venham se encontrar com o reagrupamento ou até mesmo o fim do seu objetivo de pesquisa.

Também são ponderações importantes pois, afinal, pesquisas sociais (não só as netnográficas) são passíveis de muitos questionamentos. Como Hsing e Souza (2013) apontam é sempre muito relevante questionar e contestar a aplicabilidade na netnografia, sendo este um método de pesquisa que precisa de uma boa avaliação dos seus critérios de confiabilidade e validade, assim como também a (im)possibilidade de triangulação das informações levantadas.

Considerações Finais

Nenhum pesquisador inicia seu trabalho sabendo exatamente o que irá encontrar pelo caminho. Por mais preparado que esteja, muitos imprevistos podem saltar meio ao caminho, forçando que o pesquisador se reinvente e às vezes até mesmo descubra informações muitas vezes inesperadas.

Durante a realização da pesquisa muitos detalhes são observados, sendo que alguns podem passar despercebidos ou simplesmente serem deixados de lado no corpo da pesquisa por não serem considerados relevantes, já que muitas vezes pouco podem afetar os objetivos gerais da pesquisa.

Porém, existem casos como do estudo relatado neste artigo, onde um detalhe simples, um surgimento de outra comunidade com o mesmo assunto, pode se tornar um fator de destaque que altere de maneira irremediável os rumos de uma pesquisa.

Fatos como estes podem acontecer em uma pesquisa virtual. Comunidades podem se reagruparem ou até mesmo serem arquivadas, encerradas. Mas, cabe ao pesquisador a qualidade de manter a paciência, reorganizar seus dados e buscar a melhor maneira de abordar a nova situação que observa em sua pesquisa.

Com esse intuito, a recomendação final é para que o pesquisador sempre busque enriquecer tanto seu arsenal teórico como metodológico. Conhecer outras metodologias e outros pensamentos podem auxiliar em momentos de dificuldade e de imprevistos.

Além disso, complemento com algumas dicas finais.

I) Não tenha medo de buscar embasamento de outros campos.

II) Não tenha medo de buscar posicionamento de orientações especialistas do campo antropológico, especialmente etnográfico.

III) Esteja atento às mudanças tecnológicas, estendo a par da evolução e do desenvolvimento das tecnologias de comunicação e informação.

IV) Esteja atento à atuação dos mediadores e membros de destaque das comunidades observadas.

Por fim, ressalta ainda a importância de trabalhos analíticos sobre o método netnográfico, especialmente referente a trabalhos brasileiros. Como Mesquista (2018), ainda hoje o principal trabalho, em número de citações, sobre netnografia é um guia do próprio Kozinets, que cunhou o termo.

Digo isso pois, aprendendo com o exemplo do trabalho analisado nesse artigo, podemos também abrir as portas para refletir em trabalhos futuros também cada vez mais sobre as diferenças e dificuldades do trabalho netnográfico em grupos brasileiros ou regionalizados.

Referências

- ANGROSINO, M. **Etnografia e observação participante**. Porto Alegre: Artmed, 2009.
- BOURDIEU, P. **Introdução a uma sociologia reflexiva**. Lisboa: Difel, 1989.
- CAVEDON, N. R. **Antropologia para administradores**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.
- GEERTZ, C. **Nova luz sobre a antropologia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- JENKINS, Henry. **Cultura da convergência**. São Paulo: Aleph, 2009.

HSING, C. W.; SOUZA, C. A. **A metodologia de netnografia aplicada a sistemas de informação**: investigação de comunidades virtuais de processos de negócios. In: SEMEAD-SEMINÁRIOS EM ADMINISTRAÇÃO, 16., 2013, São Paulo. Anais... São Paulo: FEA-USP, 2013. p. 1-15.

KOZINETS, R. V. **Netnografia**: realizando pesquisa etnográfica online. Porto Alegre: Penso, 2014.

LATOUR, B. **Reagregando o social**: uma introdução à teoria do Ator-Rede. Salvador: EDUFBA - EDUSC, 2012.

LIMA, Felipe Bonomi. **Navegando no mar sériemaníaco**: Convergência e divergências no consumo de seriados. UEM. 2020. Disponível em: <http://www.pgc.uem.br/producao/dissertacoes-1/2018>. Acesso em 11, JAN, 2020.

MALINOWSKI, B. **Argonautas do Pacífico Ocidental**. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

MESQUITA, R. **Do espaço ao ciberespaço: sobre etnografia e netnografia**. In.: Perspectivas em ciência da informação. 07/03/2013. Disponível em: <http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/2998>. Acesso em 11, JAN, 2020.

POLIANOV, Beatriz. **Etnografia virtual, netnografia ou apenas etnografia?** Implicações dos conceitos. In.: Esferas. 2018. Disponível em: <https://portalrevistas.ucb.br/index.php/esf/article/view/4621/3243>. Acesso em 11, JAN, 2020.

SÁ, Simone. **O samba em rede** – Comunidades virtuais, dinâmicas identitárias e carnaval carioca. Rio de Janeiro: E-papers, 2005.

DOI 10.36066/compcs.v2i24.12575

A SEGURIDADE SOCIAL: INQUIETAÇÕES SOBRE FORMAÇÃO E EXERCÍCIO PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL

THE SOCIAL SECURITY: CONCERNS ABOUT VOCATIONAL TRAINING AND EXERCISE IN SOCIAL WORK

Célia Maria Grandini Albiero¹
Keiliane Tavares Silva²
Maria Aparecida Rodrigues da Silva³
Rogério Silva Leite⁴
Thiago Alves Silva⁵
Viviane Alves da Silva⁶

Recebido em 28/03/2021; aceito em 12/08/2021

DOI 10.36066/compec.v2i24.12832

Resumo: Este aborda o processo de formação e exercício profissional do assistente social junto à Seguridade Social à luz das diretrizes do Serviço Social (1990), com marcos históricos da profissão focando os projetos ético-político, da formação profissional e reflexões das políticas sociais, para formar

¹ Graduada em Serviço Social pela Instituição Toledo de Ensino de Bauru/SP (ITE/SP), 1985; Mestra e Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP), 2000 e 2006 respectivamente. Diretora do Câmpus de Miracema da UFT de 200-2013. Atualmente, é Professora Associada II da Universidade Federal do Tocantins (UFT/TO), envolvendo a docência desde 2008 na graduação em Serviço Social, desde 2017 na pós-graduação lato sensu em Serviço Social e Política Social, desde 2019 na pós-graduação stricto sensu no Mestrado em Serviço Social e Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social de 2018-2020. Líder do Grupo de Estudo e Pesquisa sobre Serviço Social, Formação e Exercício Profissional (GEPESSFEP) desde 2008. Coordenadora de projetos de pesquisa e extensão desde 2008 na UFT na área de Serviço Social. Membro da comissão de formação profissional (2018) e de fiscalização (2021) do CRESS - 25ª região. Experiências em Serviço Social na formação e exercício profissional em Serviço Social, Educação, Estágio e Supervisão, Políticas Sociais (Criança/Adolescente e Idoso). E-mail: celialbiero@uft.edu.br.

² Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal do Tocantins (UFT/TO), 2018. Atualmente é profissional residente multiprofissional em saúde da família e comunidade do plano integrado de residências em saúde, desde 2021. Atualmente, é Membro do Grupo de Estudo e Pesquisa sobre Serviço Social, Formação e Exercício Profissional (GEPESSFEP) desde 2017. Aluna especial do PPGSSocial da UFT desde 2020.1. E-mail: keiliane_fofa@hotmail.com.

³ Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal do Tocantins (UFT/TO), 2015; Especialista em Educação, Pobreza e Desigualdade Social (UFT, 2017), Especialista em Serviço Social e Políticas Sociais (UFT, 2019). Atualmente, é Membro do Grupo de Estudo e Pesquisa sobre Serviço Social, Formação e Exercício Profissional (GEPESSFEP) desde 2017. Atualmente Assistente Social no CRAS de Miranorte – TO, desde 02/03/2021. E-mail: cidasilvasilva@gmail.com.

⁴ Graduado em Serviço Social pela Universidade Federal do Tocantins, 2015; Especialista em Saúde Pública pela Universidade Federal do Tocantins (2017); especializando em Processo Administrativo Disciplinar e Sindicância (Faculdade UniBF, 2020-2021). Membro do Grupo de Estudo e Pesquisa sobre Serviço Social, Formação e Exercício Profissional (GEPESSFEP-UFT) desde 2016. E-mail: rogerioleite@outlook.com.

⁵ Graduado em Serviço Social pela Universidade Federal do Tocantins (UFT), 2016; Especialista em Libras pelo Instituto Êxodo, 2018. Pesquisador do Grupo de Pesquisa sobre Serviço Social, Formação e Exercício Profissional (GEPESSFEP) desde 2017. E-mail: thiago.vesilva@hotmail.com.

⁶ Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal do Tocantins (UFT) em 2019. É membro do Grupo de Estudos em Formação e Exercício Profissional em Serviço Social (GEFESS). Membro do Grupo de Estudo e Pesquisa sobre Serviço Social, Formação e Exercício Profissional (GEPESSFEP), desde 2017. E-mail: vivianealvesdasilva702@gmail.com.

profissionais competentes e críticos com atuação junto à realidade social brasileira na efetivação de direitos sociais mediante Políticas Sociais na conjuntura atual.

Palavras-Chave: Formação; exercício profissional; seguridade social.

Abstract: This addresses the process of training and professional exercise of the social worker with Social Security in the light of the Social Service guidelines (1990), with historical milestones of the profession focusing on ethical-political projects, professional training and reflections of social policies, to form competent and critical professionals working with the Brazilian social reality in the realization of social rights through Social Policies in the current conjuncture.

Keywords: Training. Professional Practice. Social Security.

INTRODUÇÃO

O estudo sobre a “Formação e Exercício Profissional em Serviço Social: Inquietações acerca das Diretrizes Curriculares”, apresentado neste texto tem como objetivo refletir sobre algumas inquietações diante do processo de formação e exercício profissional do assistente social junto às políticas sociais, em especial à Seguridade Social (Previdência Social, Saúde e Assistência Social) à luz das Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996, com respaldo no projeto ético-político do Serviço Social.

Esta proposta surgiu com egressos/as do curso de Serviço Social da UFT, pós-graduados ou não, em conjunto com a docente que lidera o Grupo de Estudo e Pesquisa sobre Serviço Social, Formação e Exercício Profissional acerca das Diretrizes Curriculares e da Seguridade Social, alvo de estudo do grupo e dos envolvidos.

Em um estudo teórico através de uma pesquisa bibliográfica, compartilhamos com PAULO NETTO (2009, p. 674) que:

[...] a teoria é o movimento real do objeto transposto para o cérebro do pesquisador – é o real reproduzido e interpretado no plano ideal (do pensamento). [...] Numa palavra: o método de pesquisa que propicia o conhecimento teórico, partindo da aparência, visa alcançar a essência do objeto.

Portanto, essa é uma tarefa árdua, mas necessária, olhar o objeto além da aparência e ir à essência do mesmo. Assim, através da pesquisa bibliográfica⁷, envolveremos primeiramente alguns aspectos sobre o Serviço Social, e o processo de formação e exercício profissional: algumas reflexões, trazendo à tona marcos históricos

⁷A pesquisa bibliográfica, segundo Marconi e Lakatos (1988, p. 57) “Trata-se do levantamento de toda bibliografia já publicada e que tenha relação com o tema em estudo”.

importantes da profissão com foco nos projetos ético-político e da formação profissional, e algumas inquietações diante das políticas sociais no que tange a matéria deste tema das Diretrizes Curriculares. Em seguida trazemos um estudo sobre a Seguridade Social enquanto espaço sócio-ocupacional do Assistente Social no contexto social e a proposta das Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996, estudando com mais especificidade as políticas sociais que compõem a Seguridade Social - Previdência Social, Saúde e Assistência Social - e os apontamentos das diretrizes curriculares para os desafios da operacionalização da lógica deste importante documento no processo de formação e consequentemente no exercício profissional do assistente social.

O SERVIÇO SOCIAL E O PROCESSO DE FORMAÇÃO E EXERCÍCIO PROFISSIONAL: ALGUMAS REFLEXÕES

O Serviço Social no Brasil⁸ enquanto profissão interventiva, expressa em suas oito décadas de existência uma mudança radical, desde a sua origem em 1936, com raízes vinculadas às iniciativas da Igreja Católica, profissão eminentemente feminina para uma transformação através do Movimento de Reconceituação na década de 1970, experimentando um grande processo de renovação, se desenvolvendo teórica e praticamente, de forma laica, diferente e, na entrada dos anos de 1990, se apresenta como uma profissão de reconhecimento acadêmico e com legitimação social.

As grandes conquistas da profissão envolvem o Código de Ética e a Lei de Regulamentação da Profissão de 1993 que pautam os dois grandes projetos que temos e que foi construído coletivamente pela categoria através do conjunto envolvendo o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS), a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) e a Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social (ENESSO) ao longo destes anos, considerando um avanço, mas temos como grande desafio materializá-los em nossas ações cotidianas: O projeto profissional e o de formação profissional.

⁸ Para melhor clareza, vale ressaltar que “No Brasil, o Serviço Social foi regulamentado como uma ‘profissão liberal’, dela decorrendo os estatutos legais e éticos que prescrevem uma autonomia teórico-metodológica, técnica e ético-política à condução do exercício profissional. Entretanto, o exercício profissional é tensionado pela compra e venda da força de trabalho especializada do assistente social, enquanto trabalhador assalariado, determinante fundamental na autonomia do profissional, impregnando essa atividade dos constrangimentos do trabalho alienado. Estabelece-se assim ‘a tensão projeto profissional e alienação do trabalho, indissociável do estatuto assalariado’”. (YASBEK; IAMAMOTO, 2019, p. 49-50).

Através de suas conquistas históricas, o Serviço Social trabalha numa perspectiva crítica fundamentada atualmente no projeto de profissão pautado no Código de Ética e na Lei que Regulamenta a Profissão, ambos de 1993 e fundamenta-se nas Diretrizes Gerais da ABEPSS para os cursos de Serviço Social no país desde 1996, trazendo à tona o seu protagonismo pautado na luta de classes e pela busca incessante pela efetivação dos direitos sociais, no combate à desigualdade social, por uma nova ordem social contrária ao capitalismo, no combate ao preconceito, à discriminação, à violência, à desigualdade de gênero com vistas a uma sociedade com mais justiça e igualdade.

O quadro sócio, político e econômico do Brasil atualmente nos remete a uma reflexão constante trazendo inúmeras inseguranças envolvendo a corrupção, a pandemia do COVID 19, a perda de direitos sociais, sendo estes conquistados através de luta, de organização popular da classe que vive do trabalho, nos mostrando a necessidade efetiva de lutar de forma constante por igualdade social, justiça e direitos, resistindo a práticas conservadoras em busca de um país democrático, mais justo e igualitário.

Dessa forma, é de fundamental importância que estejamos cotidianamente conectados aos 11 Princípios Fundamentais do Código de Ética (1993) que sustentam e dão o suporte necessário ao Projeto Ético-Político Profissional do Serviço Social, que parametra a formação profissional, destacando a liberdade, a autonomia, a emancipação e a expansão dos indivíduos sociais, além da defesa dos direitos humanos e a recusa do arbítrio e dos preconceitos.

Esses princípios iluminam a atuação profissional do Assistente Social em seu exercício, sendo um desafio cotidiano colocá-los em prática, pois além de uma responsabilidade individual, é um compromisso da categoria, pois a efetivação deste projeto inicia pela formação profissional, para que possa propiciar aos estudantes de Serviço Social um rigor de conhecimentos teóricos e habilidades práticas, enfatizando a unidade teoria e prática através das dimensões teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas, enfatizando este grande desafio a ser enfrentado no processo de formação profissional e no exercício profissional.

Portanto o assistente social em sua atuação profissional cotidiana com ações coletivas e individuais necessita para efetivar direitos sociais, trabalhar constantemente

com a indignação, a fim de que se fortaleça diante do conservadorismo⁹, resistindo-o e compactuando cada vez mais com o projeto ético-político do Serviço Social, inspirado numa direção crítica, investindo numa formação profissional que dê subsídios a sua concretização. Assim, o Projeto Ético Político (PEP) do Serviço Social,

[...] é uma conquista histórica da categoria profissional das(dos) assistentes sociais brasileiros. O mesmo é norteador da formação e do exercício profissional na direção da preservação, consolidação e ampliação de direitos sociais dos trabalhadores historicamente conquistados por suas lutas. [...] Os instrumentos normativos da profissão, bem como a participação na luta pelas legislações sociais são fruto de um amplo debate e construção coletiva de profissionais e estudantes de serviço Social, sob a direção de nossas entidades no âmbito da formação por meio da ABEPSS [...], do exercício profissional por intermédio do conjunto CFESS/CRESS [...], e pela representação estudantil [...] (ENESSO). (ABRAMIDES, 2019, p. 159).

Dessa forma, entendemos que a formação e o exercício profissional devem trabalhar de forma atrelada e indissociável numa perspectiva de garantia das conquistas legais e sociais da profissão. Pois,

O crescimento acelerado da profissão não pode fagocitar esse precioso patrimônio construído coletivamente, que é o Projeto Ético-Político Profissional. Por isso, a formação e o trabalho profissional devem ser oxigenados permanentemente pela indignação com a barbárie, pela recusa ao naturalismo das coisas e pelo otimismo e convicção de que a história é construída por sujeitos, homens e mulheres, alimentados pelo conhecimento teórico da realidade. (BOSCHETTI, 2015, p. 650).

A formação profissional do assistente social teve um grande marco na década de 1990, pois “O projeto pedagógico que a profissão vem construindo para a formação de seus quadros, cujo marco é o currículo/82, seguido das diretrizes curriculares, vincula-se a uma concepção de educação e de sociedade referenciada [...]” (KOIKE, 2006, p. 209) nos princípios fundamentais do Código de Ética do assistente social de 1993, que através da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, do MEC, propõe a extinção dos currículos mínimos e o norteamento das graduações brasileiras mediante diretrizes curriculares, e assim a

⁹ Foi na história de resistência e luta contra esse conservadorismo, que sempre quis subordinar e colocar a profissão a serviço da reprodução do capital, que o Projeto Ético-Político — em suas dimensões teórica, política, ética, legal e profissional — se constituiu como processo dinâmico e vivo, como expressão de luta contra o conservadorismo. (BOSCHETTI, 2015, p. 639).

ABEPSS traça as diretrizes curriculares¹⁰ para o curso de Serviço Social, aprovadas em 1996 em Oficina Nacional, às quais foram discutidas e debatidas nas diferentes regiões brasileiras.

É interessante ressaltar os princípios e diretrizes da formação profissional alinhados neste tão importante documento da ABESS/CEDEPSS (1996, p. 61-62)¹¹, as diretrizes curriculares para o curso de Serviço Social, que envolvem onze princípios, sejam eles: a flexibilidade de organização dos currículos plenos; rigoroso trato teórico, histórico e metodológico da realidade social e do Serviço Social; adoção de uma teoria social crítica; superação da fragmentação de conteúdos na organização curricular; estabelecimento das dimensões investigativa e interventiva; padrões de desempenho de qualidade para cursos diurnos e noturnos; caráter interdisciplinar; indissociabilidade nas dimensões de ensino, pesquisa e extensão; exercício do pluralismo; ética; indissociabilidade entre estágio e supervisão acadêmica e profissional.

Já as diretrizes que envolvem a capacitação teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa tratam da apreensão crítica do processo histórico como totalidade; da investigação sobre a formação histórica e os processos sociais contemporâneos; apreensão do significado social da profissão; da apreensão das demandas - consolidadas e emergentes - postas ao Serviço Social e ao exercício profissional cumprindo as competências e atribuições previstas na Legislação Profissional em vigor.

Dessa forma, entendemos que as exigências atuais para um perfil profissional cada vez mais seletivo diante da complexidade da sociedade, apontam para um profissional que demonstre competência, que tenha criatividade, que seja propositivo e com capacidade de decifrar a realidade e construir propostas de trabalho que contribuam para o enfrentamento das expressões e manifestações da “questão social”, na busca efetiva de direitos sociais da população.

Assim, a “questão social” fundamenta o Serviço Social, desafiando aos profissionais da educação superior a formar assistentes sociais com competência para atuar de forma crítica no enfrentamento das expressões/manifestações da “questão social”, buscando um estudo permanente e aprofundado sobre a formação social,

¹⁰ É interessante destacar que “As diretrizes fundadas no compromisso social e político da formação acadêmica e do exercício profissional adotam um explícito ponto de vista de classe, na análise da sociedade e da função social da profissão”. (ABRAMIDES, 2019, p. 60).

¹¹ Para mais detalhamento dos princípios e diretrizes da formação profissional, acessar no Caderno ABESS em ABESS/CEDEPSS(1996, p. 61-62).

política e econômica, com foco e capacidade para decifrar a realidade brasileira. “O exercício da profissão exige um sujeito profissional que tenha competência para propor e negociar com a instituição os seus projetos, para defender o seu campo de trabalho, suas qualificações e atribuições profissionais”. (IAMAMOTO, 2014, p. 611).

Diante do exposto, podemos afirmar que o perfil profissional do assistente social numa perspectiva crítica decorrente de seu projeto de formação profissional, sustentado pelo projeto profissional mediante a realidade social requisita “[...] assistentes sociais que sejam contemporâneos (as) do seu tempo, para o que se faz necessária uma formação que seja capaz de responder aos dilemas da atualidade”. (GUERRA, et. al., 2018, p. 25).

Com uma estrutura inovadora, as diretrizes curriculares de 1996 trazem para a formação do assistente social um conjunto de conhecimentos indissociáveis e organicamente vinculados a três núcleos de fundamentação¹², sem sequência e hierarquia, mas complementares, atuando de forma articulada, a fim de superar a fragmentação do processo de ensino-aprendizagem. (AUTOR, 2006, p. 80).

Esses núcleos constituem a essência do projeto de formação profissional do Serviço Social, dando suporte teórico-prático à compreensão dos fundamentos teórico-metodológicos da crítica marxiana, visto o ser social enquanto totalidade histórica, que é a categoria fundante da teoria social de Marx diante da sociedade burguesa, de forma concreta, articulada, movente, dinâmica e interagente, expressando a contradição e mediação das relações sociais através de aproximações sucessivas do real. (AUTOR, 2006, p. 80).

As diretrizes curriculares “[...] estão estruturadas por núcleos articulados entre si, [...] fundamentação da vida social, da formação sócio-histórica da sociedade brasileira e do trabalho profissional, os quais se desdobram em matérias e estas em disciplinas e demais componentes curriculares.” (KOIKE, 2009, p. 212). Assim, podemos afirmar que a profissão carrega grandes desafios para operacionalizar cotidianamente o projeto profissional e o de formação, sendo o primeiro alicerçado nas

¹²Os 3 núcleos de formação profissional estudados pelos fundamentos teórico-metodológicos diante da crítica marxiana de acordo com a ABESS/CEDEPSS (1997, p. 64-67), são “**Núcleo de fundamentos teórico-metodológicos da vida social** - Este núcleo é responsável pelo tratamento do ser social enquanto totalidade histórica, fornecendo os componentes fundamentais da vida social que são particularizados nos núcleos de fundamentação da realidade brasileira e do trabalho profissional. [...] **Núcleo de fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira** - Este núcleo remete ao conhecimento da constituição econômica, social, política e cultural da sociedade brasileira[...]. **Núcleo de fundamentos do trabalho profissional** - O conteúdo deste núcleo considera a profissionalização do Serviço Social como uma especialização do trabalho e sua prática como concretização de um processo de trabalho que tem como objeto as múltiplas expressões da questão social. (GRIFO NOSSO).

Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996. Portanto, reafirmamos o pensamento de Iamamoto (2014, p. 634), pois:

São muitos os desafios ao Serviço Social, dentre os quais: 1. Dar continuidade aos estudos sobre as incidências da política de educação superior - em suas tendências de crescente e privatização e mercantilização - no trabalho docente [...]. 2. Zelar pelo aperfeiçoamento da qualificação teórico-metodológica e ético-política dos assistentes sociais, denunciando o aligeiramento da formação profissional [...]. 3. Aprofundar a pesquisa sobre as vertentes teórico-metodológicas [...]. 4. Apoiar o diálogo acadêmico respeitoso e plural entre as diferentes perspectivas [...] afirmando sua dimensão educativa e seu compromisso com os direitos humanos e a justiça social. 5. Estimular pesquisas sobre as metamorfoses do mercado de trabalho e dos espaços ocupacionais do assistente social [...]. 6. Cultivar uma atitude crítica e ofensiva na defesa das condições de trabalho do assistente social e da qualidade dos atendimentos, potenciando a nossa autonomia profissional segundo os preceitos éticos que regem o exercício profissional. 7. Impulsionar estudos históricos sobre a formação sócio-histórica do Brasil e a América Latina [...]. 8. Analisar as mudanças observadas no perfil do sujeito profissional a partir dos anos 1990 [...]. 9. Enriquecer a pesquisa sobre os sujeitos sociais que são o alvo privilegiado das ações profissionais [...], enfrentando as abordagens focalizadas e individuais que obscurecem a sua dimensão coletiva.

Através das reflexões expostas, entendemos que estes desafios recaem enfaticamente sobre a formação profissional - que tem nuances mercantis, de aligeiramento, precarização, superando e enfrentando esses aspectos -, a fim de preparar profissionais para atuarem junto às políticas sociais, na perspectiva de efetivar direitos e criar mecanismos para garantir condições mínimas de sobrevivência aos cidadãos brasileiros.

Entretanto, fica aí a grande indagação diante do processo de formação e exercício profissional do assistente social, se após quase 25 anos de aprovação das diretrizes curriculares da ABEPSS, nós estamos conseguindo dar materialidade ao projeto profissional e ao de formação do assistente social, diante da conjuntura atual? No entanto, através da Seguridade Social, tripé importante das políticas sociais, espaço de trabalho majoritário e não único, mas importante para a atuação do assistente social que envolve a Previdência Social, a Saúde e a Assistência Social, alvo específico deste estudo que segue com algumas reflexões acerca da proposta das diretrizes curriculares, diante da matéria que trata da Política Social.

A SEGURIDADE SOCIAL ENQUANTO ESPAÇO SÓCIO-OCUPACIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL NO CONTEXTO SOCIAL E A PROPOSTA DAS DIRETRIZES CURRICULARES DA ABEPSS DE 1996

Ao iniciar esta reflexão apresentamos em linhas gerais o proposto pelas Diretrizes Curriculares da ABEPSS (1996) no que tange às matérias¹³ que deve seguir os projetos pedagógicos dos cursos de Serviço Social brasileiros. Assim, o destaque será para um recorte do estudo para a matéria que trata da política social, sem deixar de compreender a articulação com as demais para a unidade teoria-prática na formação e exercício profissional do assistente social.

Política Social: As teorias explicativas da constituição e desenvolvimento das políticas sociais. A questão social e desenvolvimento do sistema brasileiro de proteção social. Formulação e gestão das políticas sociais. A constituição e gestão do fundo público. O papel dos sujeitos políticos na formulação das Políticas Sociais Públicas e Privadas. As políticas setoriais e a legislação social. A análise comparada de políticas sociais. O papel das políticas sociais na constituição da esfera pública e o significado do debate público e privado. As novas formas de regulação social e as transformações no mundo do trabalho. (ABESS/CEDEPSS, 1996, p. 70).

O profissional de Serviço Social pode estar inserido em inúmeros espaços sócio-ocupacionais¹⁴. Contudo na esfera da Seguridade Social tem uma grande importância na atuação desses profissionais. De acordo com Iamamoto (2009, p.23) o assistente social na Seguridade Social é importante “[...] nos processos de sua elaboração, gestão, monitoramento e avaliação, nos diferentes níveis da federação. Destaca-se, ainda, a atuação dos assistentes sociais junto aos Conselhos de Políticas [...]”.

Entendendo que a Seguridade Social é composta por um tripé, sendo as políticas que compõem a Seguridade Social são a Política de Saúde, a Política de Previdência Social e a Política de Assistência Social. Sendo que a primeira é universal, ou seja, é uma política em que todos os cidadãos podem desfrutar. Diferentemente, das

¹³ As matérias são expressões de áreas de conhecimento necessárias à formação profissional que se desdobram em: disciplinas, seminários temáticos, oficinas/laboratórios, atividades complementares e outros componentes curriculares. (ABESS/CEDEPSS, 1996, p. 70).

¹⁴ Para melhor compreensão sobre os espaços-ocupacionais do assistente social é necessário entender que “O assistente social ingressa nas instituições empregadoras como parte de um coletivo de trabalhadores que implementa as ações institucionais/ empresariais, cujo resultado final é fruto de um trabalho combinado ou cooperativo, que assume perfis diferenciados nos vários espaços ocupacionais. Também a relação que o profissional estabelece com o objeto de seu trabalho – as múltiplas expressões da *questão social*, tal como se expressam na vida dos sujeitos com os quais trabalha – depende do prévio recorte das políticas definidas pelos organismos empregadores, que estabelecem demandas e prioridades a serem atendidas”. (IAMAMOTO, 2009, p. 352).

outras políticas, na qual a Previdência Social é para quem contribuir com a mesma e a Assistência Social é para quem dela necessitar, isto é, não é para todos.

Não podemos falar de Seguridade Social e não ressaltar sobre as regressões que a mesma vem tendo nesses últimos tempos, que acaba afetando negativamente toda a sociedade brasileira, e também os profissionais de Serviço Social. É perceptível que nos últimos anos as conquistas históricas da classe trabalhadora, que aconteceu através de muitas lutas e reivindicações, vêm sendo derrotadas em uma velocidade assustadora. Regressões essas que é compactuada com o atual governante que se encontra no poder, um governo totalmente de direita, que vem implementando projetos que precarizam e retrocedem os direitos da classe trabalhadora.

Assim o próximo tópico a seguir abordará sobre um dos pilares da Seguridade Social, a Saúde. É importante ressaltar que o direito à saúde é obrigação do Estado que deve socorrer a todos os que se encontrem em situação de ameaça de dano ou de dano já consumado à sua saúde. O amparo à saúde é independente de contribuição, ou seja, é universal, pois todos os sujeitos em território brasileiro, mesmo que aqui não residam, podem utilizar o serviço público de saúde, em especial e principalmente em tempos de pandemia ao COVID-19.

A Política de saúde brasileira: desafios e impasses

Na Política de Saúde brasileira é primordial destacarmos que até culminar no que atualmente conhecemos como política conforma-se como resultado de diversas lutas travadas diante dos desafios encontrados no decorrer de todo seu processo histórico. Sair das pragmáticas Caixas de Aposentadorias e Pensões (CAP) criadas em 1923 até chegarmos à criação do Sistema Único de Saúde (SUS) mediante promulgação da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 não foi fácil e requereu bastantes esforços coletivos. (ARAÚJO; CECÍLIO; REIS, 2011, p. 4-8).

Sendo que, a partir de 1930 a Política de Saúde brasileira começou a tomar nova forma no bojo da reforma administrativa do país, que na concepção de Getúlio Vargas, traria maior instabilidade ao seu governo na perspectiva de propiciar a integração das esferas federal, estadual e municipal. (HOCHMAN, 2005, p. 130). Evidentemente havia um olhar político-administrativo por trás, no entanto, não podemos ignorar os avanços e conquistas no campo da saúde na referida época. Assim, em 1932 tivemos a criação dos Institutos de Aposentadoria e Pensões (IAPs), em 1965 a

criação do Instituto Nacional de Previdência Social (INPS) e a criação do Sistema Nacional de Assistência e Previdência Social (SINPAS) no ano de 1977, vinculado ao Ministério da Previdência e Assistência Social, que por sua vez, abrangia o Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social (INAMPS). (ARAÚJO; CECÍLIO; REIS, 2011, p. 4-5).

Assim, somente em 1988, com a aprovação da “Constituição Cidadã”, teve-se concretizados os anseios da população, entre eles o da saúde reconhecida como “Direito de todos e dever do Estado”, e financiada com recursos das três esferas do poder, União, estados e municípios (BRASIL, 1988). Vale ressaltar que após a promulgação da Lei nº 8.080, houve a promulgação da Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, a qual coloca a obrigatoriedade da participação da comunidade na gestão do SUS, mediante Conselhos de Saúde instituídos com legitimidade aos organismos de representação de governos estaduais (Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Saúde - CONASS) e municipais (Conselho Nacional de Secretários Municipais de Saúde - CONASEMS). (BRASIL, 1990).

Com o passar dos anos, no bojo dos movimentos reformistas, foi-se detectada a necessidade de buscar melhorias nas condições de atendimento às demandas de saúde da população brasileira. Diante dessa real necessidade, o Ministério da Saúde cria no ano de 2003 a Política Nacional de Humanização (PNH), a qual desde então, busca por meio de seus colaboradores, promover ações descentralizadas nos municípios e estados, numa rede que almeja ir além das propostas de governo, atuando efetivamente nas necessidades da população usuária, mesmo diante da tendência mercadológica e engessadora da política posta pelo estado (LUZIO; MARTINS, 2017, p. 15-18).

Assim, a PNH “[...] traz, como desafio a ser superado, a fragmentação existente nas atividades programáticas, qual seja: humanização da assistência hospitalar, do parto, do nascimento, do morrer, entre outros” (BARBOSA; LIMA; MENEGUIM; MORENO, 2013, p. 125). Diante desse desafio, surge a necessidade dos profissionais em saúde proferirem um atendimento que vai além do processo saúde-doença, buscando implantar a Política Nacional de Humanização, enfrentando “[...] as condições de trabalho a que estão submetidos os trabalhadores: desvalorização, precarização e baixo investimento em educação permanente [...]” (BARBOSA; LIMA; MENEGUIM; MORENO, 2013, p. 125). Frente à necessidade do enfrentamento das expressões e manifestações da “questão social” dos usuários/pacientes, evidencia-se a importância da

atuação profissional do Assistente Social na Política de Saúde brasileira e consequentemente na Política de Humanização, articulando junto às demais profissões de saúde, as ações a serem desenvolvidas diante das demandas sociais postas pelos usuários do SUS. (CARVALHO e OLIVEIRA, 2013; p. 4-5).

Dessa forma, o profissional assistente social deve ser propositivo, capaz de atuar na elaboração, execução e avaliação das políticas públicas (IAMAMOTO, 2005, p. 20-21), com as ações que busquem “[...] transpor o caráter emergencial e burocrático, bem como ter uma direção socioeducativa por meio da reflexão com relação às condições sócio-históricas a que são submetidos os usuários [...]” (CFESS, 2010, p. 44), contribuindo sempre para com a luta pela garantia do direito à Saúde de qualidade e humanizada.

Nesse sentido, o profissional Assistente Social que atua nas manifestações/expressões da “questão social” na Política de Saúde, deve estar preparado e manter-se atualizado acompanhando o movimento constante da sociedade. Deve ter em mente que “[...] o indivíduo, necessita de saúde mental, física e emocional [...]” (AUTOR; AUTOR, 2018, p. 63), mediante efetivação dos direitos constitucionais. “Assim, o Assistente Social tem o papel de mediar o acesso e a garantia das condicionalidades para a saúde individual e coletiva, bem como, dos demais direitos sociais” (AUTOR; AUTOR, 2018, p. 63). Vale ressaltar que para atuação na saúde, requer habilidades e competências conforme abordado por Iamamoto (2005, p. 20-21) e ainda, saber lidar com as diversas expressões de correlações de forças¹⁵ que permeiam a saúde pública brasileira. Diante dessa realidade, o profissional que reconhece a necessidade de manter-se atualizado, estará mais bem preparado para efetivação de direitos dos usuários do SUS.

Portanto é importante ressaltar que na saúde, desde a sua institucionalização como Política Social vem sofrendo sucessivos ataques por parte da lógica mercantil, que a encara como uma mercadoria e não como um direito, o qual consta na Constituição Federal de 1988. A Saúde é exposta a partir da compreensão de dois projetos em disputa na sociedade, o da Reforma Sanitária e o Privatista. Infelizmente, é o último que acaba se sobressaindo ao outro. Sendo assim o próximo tópico envolve a Previdência Social, que está a cada dia, sendo fragmentada e atacada pela atual conjuntura política. Compreendendo que a Previdência Social na cobertura de contingências advindas de

¹⁵ Recomendamos a leitura do Artigo “A ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL: correlações de forças na saúde” (AUTOR; AUTOR, 2018).

doença, invalidez, velhice, morte, privação de liberdade, maternidade sendo necessária a realização de contribuições anteriores para o recebimento do benefício.

A previdência social e a contrarreforma: o impacto junto à sociedade brasileira

No que se refere à Previdência Social, é de suma importância contextualizar a sua política, bem como o seu cenário atual na tão questionada e criticada “Reforma da Previdência”. A Previdência Social compõe o tripé da Seguridade Social, juntamente com a Assistência Social e Saúde, regulamentada pela Constituição Brasileira de 1988. Assim, ao Assistente Social requer uma ampla capacidade crítica para lhe dar na sua atuação, tendo em vista os desafios impostos no seu agir profissional junto às políticas públicas.

Com previsão na Constituição Federal de 1988 (CF), acerca da Previdência Social, o art. 201 daquela nos mostra que esta é organizada sob a forma de regime geral, com caráter contributivo e de filiação obrigatória, na qual são mantidos critérios para a preservação do equilíbrio financeiro e atuarial. Constituída a partir de greves e de lutas por parte de trabalhadores, a Previdência Social tem assim as primeiras iniciativas de concessão de benefícios previdenciários no final do século XIX na Alemanha, no governo do Chanceler Otto Von Bismarck em 1883, onde se obrigava a contribuição dos empregados e empregadores para então conceder tais direitos. (BOSCHETTI, 2015, p. 2). No Brasil, a previdência inicia-se através da:

[...] Lei Eloy Chaves, através do Decreto Legislativo 4.682, de 24/01/1923, que criou as chamadas Caixas de Aposentadoria e Pensões para os empregados das empresas ferroviárias, contemplando os benefícios de aposentadoria por invalidez, aposentadoria ordinária (atualmente chamada de aposentadoria por tempo de contribuição), pensão por morte, bem como o benefício de assistência médica, todos eles custeados por contribuições do Estado, dos empregadores e dos trabalhadores. (DANTAS, 2018, p. 5).

Desse modo, na atual conjuntura percebe-se uma grande preocupação acerca da reforma na previdência social brasileira, aprovada no final de 2019 em que diversos autores citam-na como “contrarreforma”, devido ao retrocesso dos direitos previdenciários já conquistados. Assim, dentre os principais motivos elencados para a reforma, destaca o aumento do tempo de contribuição bem como da idade para então obter a tão esperada aposentadoria.

No entanto, há ainda a questão do percentual a ser considerado para o benefício de aposentadoria¹⁶. Salvador (2017, p. 427) cita o desmonte no orçamento da Seguridade Social, tendo como principais determinantes a apropriação de contribuições sociais, o uso indevido para outros fins como amortização da dívida pública, bem como as isenções através de renúncias tributárias, corroborando dessa forma para o então “déficit previdenciário”. O autor destaca ainda que a retirada de recursos do fundo da previdência para distintos fins faz com que haja tal déficit, caso contrário seria superavitário de acordo com a previsão orçamentária na Constituição Federal de 1988.

Assim, Autor e Autor (2018, p. 92) destacam que o sucateamento da previdência se dá “[...] através da diminuição de recursos destinados a tais fins, o que acarreta em novas demandas para a atuação profissional do Assistente Social, tendo à necessidade de judicializar a busca pela efetivação de direitos”. Desse modo, a necessidade de se ter um profissional que esteja em constante capacitação para atuar frente às diversas manifestações/expressões da “questão social”, pois estão sempre em movimento e renovando as suas formas de manifestar-se, para que possa prestar um serviço de qualidade ao usuário e melhor atendê-lo. Frente a esses desmontes das políticas sociais, retirada de direitos, torna-se precarizada as condições de trabalho dos profissionais de Serviço Social, e isso rebate diretamente no atendimento prestado ao usuário. Dentro desse contexto, o profissional que se encontra na intervenção vem enfrentando enormes desafios dentro de todo esse cenário neoliberal, o mesmo deve buscar estratégias para uma atuação de acordo com os princípios do Projeto Ético Político de Serviço Social.

Portanto no próximo tópico vamos abordar sobre a Assistência Social, um dos espaços sócio-ocupacionais mais tradicionais do assistente social. Compreendendo que à assistência social, será prestada a quem dela necessitar independente de contribuição e atendendo assim aos dependentes dessa política, ou seja, aqueles que não podem por si só ou com a ajuda de seus familiares, obterem seu sustento.

A política de assistência social e seus rebatimentos junto à classe pobre

A Política de Assistência Social na trajetória brasileira torna-se uma política pública somente com a promulgação da Constituição Federal de 1988. Antes disso, a assistência social foi conduzida de forma filantrópica, sem a intervenção do estado. A

¹⁶ Ver a Emenda Constitucional nº 103 de 2019.

partir da promulgação da Constituição de 1988, a Assistência Social passa a ser dever do estado como uma política pública de direito da população, além de ser inserida na Seguridade Social Brasileira, incorporou-se ao tripé da proteção social brasileira, juntamente com a Política de Saúde e a Política de Previdência Social. Após essa conquista, muitos desafios para a concretização da política como pública ainda devem ser enfrentadas, pois de acordo com Autor (2017, p. 32)

A assistência social, instituída como Política de Seguridade Social em 1988, só teve a sua regulamentação aprovada depois de 5 anos em 1993 mediante a LOAS na qual afirma que a assistência social é dever do Estado e direito do cidadão, tendo como objetivo a proteção à família, o enfrentamento da pobreza e à garantia dos mínimos sociais.

Ou seja, a política só foi regulamentada através da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS). Desse modo, as legislações referentes à política se deram em períodos distintos, como a criação do Conselho Nacional da Assistência Social (CNAS) em 1994, a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) no ano de 2004 e o Sistema Único de Assistência Social regulamentada pela Norma Operacional Básica (NOB/SUAS) em 2005. O desafio ainda é constante, pois a Política de Assistência Social não é contributiva, “[...] tal política passa a ser a mais utilizada como forma de enfrentamento das desigualdades, pois o crescente desemprego acarretou em uma alta demanda para a área da assistência social e, junto com o desemprego, a pobreza” (AUTOR, 2017, p. 32). Sendo assim,

A Constituição de 1988 institui a Assistência Social como uma política social não contributiva, voltada para aqueles cujas necessidades materiais, sociais e culturais não podiam ser asseguradas quer pelas rendas do trabalho, quer pela condição geracional – infância e velhice –, quer por necessidades físicas e mentais. [...] Mas a conjuntura da época que se formou a partir da década de 90, marcada pela crise econômica e política que atingiu as sociedades periféricas, não encontrou na Assistência Social o lastro de proteção social necessário para dar cobertura ao que estaria por vir: o desemprego e a precarização do trabalho, situações que extrapolariam as finalidades de uma política de Assistência Social (MOTA, 2008, p. 15-16).

Desse modo, com o advento da Constituição Federal de 1988, os direitos sociais foram ampliados por meio da luta da população e dos movimentos sociais, num processo que envolveu vários anos de luta e ainda continua sendo, pois no sistema capitalista a lógica se baseia em mais para o capital e menos para o social. (VERONEZE, 2017, p. 349).

A proteção social da Política de Assistência Social definida pelo SUAS e pela PNAS se divide em duas categorias, sendo que a centralidade de ambas está na família e indivíduos em situação de risco e vulnerabilidade social. A política oferta dois serviços: a Proteção Social Básica (PSB) quando não há violação de direitos, e a Proteção Social Especial (PSE) podendo ser de alta e média complexidade, quando o usuário teve seus direitos violados.

Como trabalhar com as famílias para que tenham acesso à Política de Assistência Social? Para isto os equipamentos do SUAS, Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), espaços de atuação de profissionais do Serviço Social, que visam à operacionalização da Política de Assistência Social na perspectiva de que famílias tenham acesso às políticas existentes, sendo que Assistentes Sociais devem atuar de forma crítica, reflexiva, se referenciando nas legislações pertinentes, como na Constituição Federal do Brasil, Cadernos de Orientações, Estatutos e outras leis afins, com a ética necessária à investidura da função, colocando o Projeto Ético-Político do Serviço Social sempre como base para uma atuação profissional que lutará para atender e acompanhar as famílias usuárias e principalmente a observância do Código de Ética do Profissional do Serviço Social. Para os atendimentos e acompanhamentos das famílias tem se também a atuação de profissionais tais como psicólogos, pedagogos, advogados e outros que a instituição achar importante e/ou necessária dentro das equipes, conforme sendo as orientações da NOB-SUAS/RH, comentada por Ferreira (2011, p.30):

Para municípios de Pequeno Porte I, [...] 2 técnicos de nível superior, sendo um profissional assistente social e outro preferencialmente psicólogo [...]. De Pequeno Porte II, [...] dois assistentes sociais e preferencialmente um psicólogo e os demais 4 técnicos de nível superior, sendo dois profissionais assistentes sociais, um psicólogo e um profissional que compõe o SUAS. [...].

Fizemos aqui os recortes na citação, colocando em destaque a presença de Assistente Social nas equipes, observando que os desafios são enormes na luta para que as famílias tenham acesso às políticas existentes, ressaltando que estes desafios perpassam o cotidiano dos Assistentes Sociais para a materialização do Projeto Ético-Político da profissão.

Quero dizer que uma ética profissional demanda posicionamentos orientados por valores e por referenciais teóricos e que ela se viabiliza especialmente na formação e no exercício profissional, nas ações políticas da categoria e sua compreensão teórica (BARROCO; TERRA, 2012 p. 42).

É oportuno refletirmos o exercício profissional nos equipamentos, sendo de desafios e também de possibilidades exigindo muita criatividade e estratégias para as intervenções necessárias a partir das demandas evidenciadas no cotidiano, exigindo se que um profissional vá além das teorias, diretrizes e legislações, mas que de acordo com Barroco e Terra, (2012, p. 20) “[...] um dos maiores desafios contemporâneos consiste em, tempo de luta e resistência, qualificar a direção social de nossas ações [...]”, faz-se então necessário profissionais que participem e se insiram nos espaços de lutas e organizações políticas para a defesa da profissão, o que viria refletir em garantia maior dos direitos sociais à população usuária. Assim, de acordo com Silveira (2017, p. 502)

[...] O direito à proteção social não contributiva com enfrentamento da pobreza, das violações, deve compor as lutas em defesa dos direitos humanos, independente de governos, com incorporação de demandas e grupos invisibilizados, no sentido da construção e ampliação da esfera pública, diante das expressões de desigualdade vivenciadas no cotidiano da maioria dos brasileiros. Entretanto, o cenário atual é de avanço perverso do neoliberalismo, com tendência objetiva de desmonte dos sistemas estatais, ainda que as narrativas apontem o contrário e colaborem para o conformismo. Daí a importância do fortalecimento da assistência social na agenda de lutas por uma seguridade social pública, redistributiva, universal e democrática.

Portanto, estamos em um cenário de grande avanço do neoliberalismo, das contrarreformas, das retiradas de direitos, do retrocesso das políticas sociais que são fatores que abrem caminho para a propagação do conservadorismo, que afeta todas as políticas sociais, principalmente a Seguridade Social, que é de suma importância para classe trabalhadora. Diante de todo o estudo vemos inúmeros desafios ao processo de formação do assistente social, bem como no exercício profissional, com destaque aqueles que se dedicam à docência e a supervisão de acadêmicos/as a fim de efetivar a direção das diretrizes curriculares, mas em especial na matéria de Política Social tão emergente nos dias atuais para intervir na realidade social brasileira diversa, complexa e desigual.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das reflexões abordadas no decorrer deste estudo bibliográfico fica evidente que todo o processo de formação profissional pautado nas diretrizes curriculares, com respaldo no projeto ético político do Serviço Social apresenta preocupações em preparar profissionais para atuar junto à complexa realidade social brasileira, com perfil profissional exigente, seletivo, apontando para um profissional competente, criativo, propositivo, reflexivo, crítico e que contribua incansavelmente para o enfrentamento das expressões e manifestações da “questão social”, na busca constante de efetivar de direitos sociais da população brasileira.

A “questão social” sem dúvida fundamenta o Serviço Social, e desafia aos profissionais na educação superior a formar assistentes sociais com competência teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa para atuar de forma crítica e ética no enfrentamento da realidade social desigual brasileira, mesmo diante do quadro sócio, político e econômico inseguro, corrupto, assustador com a pandemia do COVID - 19, com perdas de direitos sociais, mas nos mostrando a necessidade de lutar pela igualdade social, justiça e direitos, resistindo ao conservadorismo, e almejando um país democrático, mais justo e igualitário.

Dessa forma, podemos afirmar que diante das atuais exigências, percebemos ainda a indicação de que o profissional tenha o domínio da formação social, política e econômica, com capacidade para decifrar nessa realidade os aspectos contemporâneos.

Portanto, o assistente social em sua atuação profissional cotidiana não pode de forma alguma perder a dimensão dos direitos sociais, e deixar de se indignar diante da realidade, pois é fundamental que continue resistindo ao conservadorismo, e compactuando cada vez mais com o projeto ético-político do Serviço Social, inspirado numa direção crítica, investindo numa formação profissional que dê subsídios a sua concretização, na luta de classes diante da desigualdade social, tornando-se um dos grandes desafios à compreensão e operacionalização da proposição e lógica das diretrizes curriculares do curso de Serviço Social, em especial no tocante a matéria de Política Social mediante a conjuntura sócio política e econômica nacional e internacional atual.

REFERÊNCIAS

ABESS. Proposta Básica para o Projeto de Formação Profissional. In: *Revista de Serviço Social e Sociedade* n° 50. O Serviço Social no século XXI. São Paulo: Cortez Editora, 1996. p. 143-171.

ABESS/CEDEPSS. Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social. (com base no currículo mínimo aprovado em Assembléia Geral Extraordinária de 8 de novembro de 1996). In: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO EM SERVIÇO SOCIAL - ABESS. *Cadernos ABESS* n° 7. Formação Profissional: Trajetórias e desafios. Edição Especial. São Paulo: Cortez Editora, 1997.p. 58- 76.

ABRAMIDES, Maria Beatriz Costa. *O projeto ético-Político do Serviço Social brasileiro: ruptura com o conservadorismo*. São Paulo: Cortez Editora, 2019.

AUTOR; AUTOR. Revista Multidebates, v. 2, n. 2, Palmas-TO. Disponível em: <<http://revista.faculdadeitop.edu.br/index.php/revista/article/view/109/90>>. Acesso em: 15 de maio de 2019.

AUTOR. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

ARAÚJO, Eliane Cardoso de; CECÍLIO, Luiz Carlos de Oliveira; REIS, Denizi Oliveira. *Políticas públicas de saúde: Sistema Único de Saúde*. UNA-SUS | UNIFESP. 2011. Disponível em: https://www.unasus.unifesp.br/biblioteca_virtual/esf/2/unidades_conteudos/unidade04/unidade04.pdf. Acesso em: 19 de outubro de 2017.

BARBOSA, Guilherme Correa; MENEGUIM, Silmara; LIMA, Silvana Andréa Molina; MORENO, Vania. Política Nacional de Humanização e formação dos profissionais de saúde: revisão integrativa. In: *Revista Brasileira de Enfermagem*. Vol. 66, n. 1. Brasília. Jan./Fev. 2013. p. 123-127.

BARROCO, Maria Lúcia Silva; TERRA, Silvia Helena. *Código do/A Assistente Social comentado*. Conselho Federal de Serviço Social - CFESS (organizador). São Paulo: Cortez, 2012.

BOSCHETTI, Ivanete. Expressões do Conservadorismo na formação profissional. In: *Revista Serviço Social & Sociedade: Conservadorismo, lutas sociais e Serviço Social*. São Paulo: Cortez, n° 124, 2015. p. 637- 651.

BRASIL. *Lei No. 8080/90*, de 19 de setembro de 1990. Brasília: DF. 1990. Disponível em <http://www.editorasolucao.com.br/media/materialcomplementar/guiadoconcurso/UNCI/SAL/09-leis-8080-8142+LC-141+9394.leg.pdf>. Acesso em: 20 de outubro de 2017.

BRASIL. *Constituição* (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p.

CARVALHO, Aline Cristina Pinheiro; OLIVEIRA, Marcelo Nascimento de Oliveira. *O SERVIÇO SOCIAL NA ÁREA DA SAÚDE: desvendando o emergencialismo e o imediatismo*. Congresso Catarinense de Assistentes Sociais. Florianópolis – SC, 2013.

CFESS MANIFESTA. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/visualizar/manifesta> . Acesso em: 25 de Set. 2019.

CFESS. *Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Política de Saúde*. Brasília, 2010. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/Parametros_para_a_Atualizacao_de_Assistentes_Sociais_na_Saude.pdf. Acesso em 21 de outubro de 2017.

DANTAS, Emanuel de Araujo. A Seguridade Social no Brasil. In: BRASIL, MINISTÉRIO DA FAZENDA. *Informe de Previdência Social*. Resultado do RGPS de agosto/2018. 2018. Disponível em: <http://sa.previdencia.gov.br/site/2019/01/Informe-de-Previdencia-Setembro-de-2018.pdf>. Acesso em: 15 de maio de 2019.

FERREIRA, Stela da Silva. *NOB-RH Anotada e Comentada* – Brasília, DF: MDS: Secretaria Nacional de Assistência Social, 2011.

GUERRA, Yolanda. Consolidar avanços, superar limites e enfrentar desafios: os fundamentos de uma formação profissional crítica. In: *Serviço Social e seus fundamentos: Conhecimento e Crítica*. GUERRA, Yolanda et. El. (Orgs.). Campinas: Papel Social, 2018. p. 25-46.

HOCHMAN, Gilberto. Reformas, instituições e políticas de saúde no Brasil (1930-1945). In: *Educar*. Curitiba n. 25. p. 127-141, 2005. Editora UFPR.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. A formação acadêmico-profissional no Serviço Social brasileiro. In: *Revista de Serviço Social & Sociedade, nº 120*. São Paulo: Cortez Editora, 2014. p. 609-639.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. Os espaços sócio-ocupacionais do assistente social. In: *Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais*. /ABEPSS, 2009.p. 341-375.

IAMAMOTO, Marilda Vilela; CARVALHO, R. de. *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica*. São Paulo, Cortez, 2009.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. *O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. São Paulo, Cortez, 2005.

KOIKE, Maria Marieta. Formação profissional em Serviço Social: exigências atuais. In: *Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais*. CFESS/ABEPSS, 2009.p.201-219.

LUZIO, Cristina Amália; MARTINS, Catia Paranhos. Política Humaniza SUS: ancorar um navio no espaço. In: *Interface - Comunicação Saúde Educação*. Botucatu n. 21. p. 13-22, 2017.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. *Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, análise e interpretação de dados*. 1 ed. São Paulo: Atlas, 1988.

MOTA, *O mito da assistência social: ensaios sobre Estado, política e sociedade*. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2008.

PAULO NETTO, José. Introdução ao método na teoria social. In: *Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais*. CFESS/ABEPSS, 2009.p.667-700.

SALVADOR, Evilásio da Silva. *O desmonte do financiamento da seguridade social em contexto de ajuste fiscal*. Revista Serv. Soc. e Soc., São Paulo, n. 130, p. 426-446, set./dez. 2017. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n130/0101-6628-sssoc-130-0426.pdf>>.

AUTOR. *Serviço Social, Formação Profissional e Política de Assistência Social*. 136 f. Monografia (Graduação). Universidade Federal do Tocantins, Miracema, 2017.

SILVEIRA, Jucimeri Isolda. Assistência social em risco: conservadorismo e luta social por direitos. *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo , n. 130, p. 487-506, dez. 2017 . Disponível em

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282017000300487&lng=pt&nrm=iso . Acesso em 26 set. 2019.

VERONEZE, Renato Tadeu. A Política de Assistência Social Brasileira e a ameaça temerária aos direitos sociais. In: *Textos & Contextos*, Porto Alegre, v. 16, n. 2, p. 345-359, ago./dez. 2017.

YASBEK, Maria Carmelita; IAMAMOTO, Marilda Vilela (Orgs.). *Serviço Social na História: América Latina, África e Europa*. São Paulo: Cortez Editora, 2019.

DOI 10.36066/compcs.v2i24.12832

HOLOCAUSTO BRASILEIRO: DA VIOLAÇÃO DE DIREITOS À CONSTRUÇÃO DE UMA SOCIEDADE SEM MANICÔMIOS

BRAZILIAN HOLOCAUST: FROM VIOLATION OF RIGHTS TO THE CONSTRUCTION OF A SOCIETY WITHOUT MANILOMY

Ilana Helen Ferreira de Sousa Rodrigues.¹

Karina Murielly Conceição Silva²

Gilson Gomes Coelho³

Recebido em 09/07/2021; aceito em 12/08/2021

DOI: 10.36066/compec.v2i24.13476

Resumo: O presente trabalho trata-se de uma pesquisa descritiva com abordagem qualitativa e objetivou tratar, mesmo que de forma breve, sobre as violações de direitos ocorridas no Hospital Colônia, manicômio localizado na cidade de Barbacena - MG, conhecido como Holocausto Brasileiro, em função dos horrores cometidos contra aqueles denominados "loucos" ou "desviantes" da norma social, tomando como bibliografia para este estudo o documentário Holocausto Brasileiro (2016) e o livro de mesmo título da autora Daniela Arbex (2013). Nesse sentido, contextualiza-se a loucura e seus desdobramentos no Brasil para a compreensão do modo com qual essa loucura era tratada e as pessoas que apresentavam alguma psicopatologia eram vistas pela sociedade. Aborda-se o processo da Luta Antimanicomial e da Reforma Psiquiátrica, que visavam uma outra forma de atuação para com as pessoas com transtornos mentais, evidenciando que apesar dos avanços e transformações ocorridos, ainda existem desafios a serem superados. Por fim, apresenta-se o código de ética e o papel do psicólogo nesse contexto, com o propósito de fornecer um panorama sobre a importância da atuação de profissionais comprometidos ética e politicamente em favor da saúde mental e dos direitos dos sujeitos.

Palavras-chave: Holocausto brasileiro; Reforma Psiquiátrica; código de ética; atuação do psicólogo.

Abstract: This work is a descriptive research with a qualitative approach and aimed to address, even if briefly, the rights violations that occurred at the Hospital Colônia, an asylum located in the city of Barbacena - MG, known as the Brazilian Holocaust, due to the horrors committed against those called "mad" or "deviants" of the social norm, using as bibliography for this study the documentary Holocausto Brasileiro (2016) and the book of the same title by the author Daniela Arbex (2013). In this sense, madness and its consequences in Brazil are contextualized to understand the way in which this madness was treated and people who presented some psychopathology were seen by society. The process of Psychiatric Reform and Anti-Asylum Struggle is addressed, which aimed at another way of working with people with mental disorders, showing that despite the advances and transformations that have occurred, there are still challenges to be overcome. Finally, the code of ethics and the role of the psychologist in this context are presented, with the purpose of providing an overview of

¹ Graduada em Turismo (UFT), graduanda em Psicologia pela Faculdade Católica Dom Orione (FACDO). Email: ilana@catolicaorione.edu.br.

²Graduanda em Psicologia pela Faculdade Católica Dom Orione (FACDO). Email: karinammurielly@catolicaorione.edu.br

³Professor na Faculdade Católica Dom Orione. Graduado em Psicologia (UFMS), mestre em Psicologia (UEM), doutorando em Psicologia (UNESP). Endereço: R. Santa Cruz, 557 - St. Central, Araguaína - TO, 77804-090. Tel.(63) 3413-0500

the importance of the performance of ethically and politically committed professionals in favor of mental health and the rights of subjects.

Keywords: Brazilian holocaust; Psychiatric Reform; Code of ethics; psychologist performance.

1. INTRODUÇÃO

O presente estudo trata-se de uma pesquisa descritiva, de abordagem qualitativa, que se fundamenta no documentário Holocausto Brasileiro (2016) e no livro de mesmo título da autora Daniela Arbex (2013) para versar sobre as violações de direitos que ocorreram no Hospital Psiquiátrico de Barbacena, trazendo considerações acerca do modo como a loucura era encarada no contexto brasileiro, o que por sua vez, colaborava para as práticas que degradavam a dignidade humana. Desse modo, o trabalho apresenta relevância por trazer uma discussão sobre a importância da construção de uma práxis que não se oriente pelo aprisionamento, que fortaleça a autonomia e respeite os direitos dos sujeitos.

O município de Barbacena, localizado no estado de Minas Gerais, foi palco de um dos episódios de maior horror na história brasileira, no ano de 1903 era criado O Centro Hospitalar Psiquiátrico de Barbacena, também conhecido como Hospital Colônia, para lá eram destinadas às pessoas com transtornos mentais ou simplesmente pessoas que apresentavam condutas desviantes daquelas consideradas como normais e corretas socialmente, o Colônia havia sido instituído para oferecer serviços de assistência e tratamento para esses indivíduos, mas, segundo Arbex (2013), ainda no início do hospital seu propósito foi completamente distorcido.

Estima-se que 70% dos pacientes atendidos no Colônia não apresentavam nenhum histórico de psicopatologia, com base na teoria eugenista de limpeza social se ancorou as maiores barbaridades cometidas contra as pessoas que por ali passaram, em cinco décadas cerca de 60 mil internos perderam a vida nas imediações do Colônia, ao final de todo o sofrimento e mortes provocadas, seus corpos ainda serviam para atender aos interesses

mercadológicos daqueles viam na morte a oportunidade de gerar lucro, e dessa forma, foram vendidos 1.853 corpos para as faculdades de medicina daquele período (ARBEX, 2013).

Nessa perspectiva, se faz importante e necessário, compreender o percurso histórico da loucura em âmbito nacional, para tomar conhecimento de como tal concepção elaborada ao longo dos anos validou os discursos daqueles que detinham o saber, culminando na forma de tratar aqueles que apresentavam psicopatologias ou comportamentos fora da norma, bem como os interesses subjacentes das instituições e do capital em fazer a manutenção dessa forma de encarar a loucura (URURAHY, 2014).

Assim, é apresentado o processo de luta e reivindicações que resultaram na Luta Antimanicomial e na Reforma Psiquiátrica, sendo um movimento manifestado no contexto nacional que tomou como inspiração os processos de reforma ocorridos em outros países, como é o caso da Itália, nesse sentido, o movimento foi embasado a partir das críticas voltadas para o até então modelo assistencial pautado no enclausuramento das pessoas com transtornos mentais, orientado pelo paradigma hospitalocêntrico, objetivando recuperar a cidadania desses sujeitos, e colocar em pauta a extinção dos manicômios (GOULART, 2006).

Por fim, torna-se preponderante que o psicólogo conheça a realidade social de forma crítica, estando ciente dos atravessamentos histórico-sociais que permeiam a vida dos sujeitos, que atue no enfrentamento da estigmatização das pessoas com transtornos mentais, que pautar sua atuação de acordo com o código de ética, visando promover a cidadania e autonomia das pessoas.

Nesse sentido, este estudo tem como objetivo tratar das violações de direitos praticadas no Hospital Colônia, de modo a fornecer um panorama histórico de como se deu essa forma de tratamento baseada na exclusão social, bem como as lutas que originaram o processo da Reforma Psiquiátrica, que surgia com propostas totalmente contrárias àquelas que existiam no Hospital Colônia, por exemplo.

2. METODOLOGIA

O trabalho foi desenvolvido com base na pesquisa descritiva e possui abordagem qualitativa, de acordo Gil (2008, p. 28) a pesquisa descritiva possui como objetivo principal "a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou estabelecimento de relações entre variáveis", o autor também pontua que esse tipo de pesquisa geralmente é utilizado por pesquisadores que se preocupam com a atuação prática.

Dessa forma, foi usada a literatura para elaborar a discussão acerca do que foi tratado na pesquisa, sendo empregada como fonte bibliográfica o documentário Holocausto Brasileiro (2016) e o livro de mesmo título da autora Daniela Arbex (2013).

Outros autores utilizados na discussão foram Aguiar (2020), Cerqueira (2002), Goulart (2006), Lima (2008), Costa-Rosa (2013), etc.

3. DESENVOLVIMENTO E DISCUSSÃO

3.1 Breve histórico do hospital colônia

O Hospital Colônia, como ficou conhecido, foi criado em 12 de outubro de 1903 pelo governo do estado de Minas Gerais, sendo oficialmente nomeado como Centro Hospitalar Psiquiátrico de Barbacena, foi instituído com o objetivo de prestar serviços de assistência para pessoas que apresentavam qualquer tipo de psicopatologia, de acordo Dalgalarondo (2008), psicopatologia refere-se aos fenômenos humanos especiais, historicamente denominados como doenças mentais. O que era pra ser um local de acolhimento e cuidado, tornou-se totalmente o oposto, segundo Arbex (2013), a finalidade do hospital foi deturpada ainda nos seus primeiros anos, onde já havia registro de queixas sobre as condições inapropriadas

oferecidas no atendimento aos pacientes no ano de 1914. É estimado que 70% das pessoas que foram atendidas pelo Colônia, não manifestavam nenhum quadro de doença mental, onde somente apresentavam uma forma de ser destoante daquela que se esperava na época e que ameaçassem a ordem pública, fazendo com que o hospital se transformasse no destino de indivíduos que eram “desafetos, homossexuais, militantes políticos, mães solteiras, alcoolistas, mendigos, negros, pobres, pessoas sem documentos e todos os tipos de indesejados, inclusive os chamados insanos” (ARBEX, 2018, p. 23). Nota-se que o intuito era o de realizar uma limpeza social retirando todas as pessoas consideradas “problemáticas” do convívio em sociedade.

Os anos entre 1930 e 1980 foram considerados os piores, passando pelo período ditatorial que se instalou no Brasil nas décadas de 60 e 70, sendo uma época marcada pela crueldade e violação dos direitos humanos, e consequentemente também foi a pior para os internos do Colônia, onde chegou a ser comparado com os campos de concentração da segunda guerra mundial (Casa e Hahn, 2008). A morte de 60 mil pessoas que por ali passaram, fez o hospital ser conhecido na atualidade como holocausto brasileiro.

Sessenta mil pessoas perderam a vida no Colônia. As cinco décadas mais dramáticas do país fazem parte do período em que a loucura dos chamados normais dizimou, pelo menos, duas gerações de inocentes em 18.250 dias de horror. Restam hoje menos de 200 sobreviventes dessa tragédia silenciosa (ARBEX, 2018, p. 24)

As práticas de atrocidades que ali ocorreram, foram respaldadas pela teoria eugenista que carregava em seu bojo a ideia de limpeza social, tornando justificável os abusos cometidos no interior do Colônia, partindo do princípio de que a sociedade devia se livrar e se desfazer da “escória”, sendo preferível ser feito em lugares onde não podiam ser vistos ou notados (ARBEX, 2013).

Segundo Arbex (2013) foram nos anos de 1930, com o aumento da superlotação, que passou a ser colocado em prática os episódios extermínio que marcariam para sempre a

história daquele manicômio, em 1960 havia 5 mil internos em um local que fora criado para comportar 200 pessoas, onde foi oficialmente ordenado que houvesse a substituição de capim no lugar de camas para que os internos dormissem.

As pessoas enviadas para o Colônia vinham de várias partes do país, eram colocadas em vagões abarrotados para a sua terrível destinação da mesma forma que os judeus no período da Segunda Guerra Mundial para os campos nazistas de concentração, Arbex (2013) afirma que ao receberem o passaporte para o hospital, aquelas pessoas tinham sua humanidade confiscada.

Ao chegar no hospital, os novos internos eram conduzidos para o setor de triagem, onde eram separados por sexo e coagidos a entregarem seus pertences, até o mínimo que tivessem, eram despidos, os homens tinham o cabelo raspado, eram fornecidos os uniformes e cada grupo seguia para o seu setor, os homens que tinham condições de trabalhar iam para o departamento B, enquanto que as mulheres iam para o departamento A, onde eram destituídas de suas identidades, o que implica dizer que todo o referencial de vida dessas pessoas era deixado para trás, as que não tinha condições de pagar pela internação eram consideradas indigentes. Muitas daquelas mulheres só foram parar no Colônia por apresentarem um comportamento contrário do que se esperava de uma mulher naquela época (ARBEX, 2013).

Inúmeras foram as violações de direitos sofridas por quem passou pelo Colônia, os internos eram submetidos a situações extremamente degradantes e de tortura, onde era comum que passassem fome e sede, bebessem água de esgoto e se alimentassem de bichos, ali qualquer vestígio de humanidade era consumido de forma devastadora. Alguns dos métodos de “tratamento” eram utilizados de forma totalmente indiscriminada, a eletroconvulsoterapia, por exemplo, era um procedimento que existia desde 1938 para o tratamento de doenças mentais, sendo alvo de muitas controvérsias, no Colônia era realizada da pior forma, bem como a lobotomia, uma intervenção cirúrgica considerada bárbara e desumana da

psicocirurgia, muitos dos métodos aplicados tinham a finalidade de contenção e intimidação dos internos, e não de um tratamento em si. Dentre todas as atrocidades cometidas contra os pacientes do Colônia, que provocaram uma morte em massa no hospital, por fim, seus corpos ainda eram usados para gerarem lucro, sendo vendidos para as faculdades de medicina daquela época, foram comercializados 1.853 corpos para as faculdades durante o período de 1969 a 1980, o que alimentou durante anos uma indústria “macabra” de venda de corpos (ARBEX, 2013).

3.2 Desdobramentos da loucura no Brasil

A forma de ver e lidar com a loucura sofreu transformações no decorrer da história, assim como o cuidado e tratamento que os até então ditos loucos recebiam. Por volta do ano de 1830, os loucos ainda podiam circular livremente, encontravam-se no convívio com outras pessoas, estando nas ruas, nos abrigos, nas prisões, como também nos porões da santa casa de misericórdia, porém o fato de que tinham a liberdade de circulação não significava que viviam em condições humanizadas. Em 1852 inaugura-se o primeiro hospício no Brasil, nomeado Hospício de Pedro II tendo como intuito proporcionar uma forma diferente de tratamento para aqueles que sofriam com algum transtorno mental, contudo só poderiam ser recebidos aqueles que se via possível curar para que futuramente pudessem retornar ao meio social, ou seja, aqueles que poderiam desenvolver a capacidade de se adaptar às normas, tornando-se de alguma forma úteis para a sociedade. Nessa época o tratamento baseava-se no isolamento dos alienados do restante da sociedade, sendo que o próprio lugar onde o hospício Pedro II havia sido construído proporcionava esse isolamento. Alienados eram todos aqueles considerados loucos, que fugiam do que era determinado como normal. Dessa forma percebe-se o andamento da instituição como meio para manter afastados aqueles que para a sociedade simbolizavam desordem. “O funcionamento do Hospício dá-se, portanto, com base na segregação, confinamento e tutela, para conter as pessoas vistas como ameaças à ordem

social.” (LIMA, 2008, p. 3). O isolamento dos pacientes se tornava uma forma de limpeza da sociedade.

Quando o Hospício Pedro II é desvinculado da Santa Casa de Misericórdia e passa a ser administrado pelo estado, recebe o nome de Hospício Nacional de Alienados, seu comando sai do meio religioso e passa a ser feito por médicos. A loucura se torna foco de assistência médica e meio para enriquecimento científico. Nesse contexto, a medicina alcança poder e mantendo seu funcionamento contribui para o desenvolvimento capitalista. “A medicina tornou-se um instrumento político do Estado brasileiro para intervir, controlar, organizar e disciplinar a sociedade e o espaço urbano.” (URURAHY, 2014, p. 19). Além de exercer o papel de controlar e excluir, a psiquiatria encontra na loucura um meio de produção, lucrando com os períodos longos de internação, sendo que a maioria das altas eram dadas por motivo de óbito, e até mesmo os óbitos eram fonte de lucro pois os corpos eram vendidos para faculdades de medicina no Brasil, como acontecia no Hospital Colônia de Barbacena (ARBEX, 2013).

A preocupação quanto o controle e organização da sociedade, se estendia àqueles que mesmo não sendo acometidos com algum adoecimento mental se desviavam dos padrões de normalidade da época, levando em consideração as histórias de vida, como os alcoólatras, mendigos, moças namoradeiras, órfãos, também os negros eram levados para internação (AGUIAR, 2020).

O relacionamento entre o Estado e a medicina continuou convergindo quanto à prática de intervenção e controle político com a ambição de prevenir e evitar qualquer ameaça que viesse dismantelar a saúde e a ordem social no espaço urbano. Assim, as práticas médicas estavam conectadas ao interesse do Estado em propiciar o progresso e desenvolvimento socioeconômico atrelados ao modelo capitalista. (URURAHY, 2014, p. 19)

Em 1890, duas colônias são fundadas com o propósito de tratar homens indigentes alienados, chamadas Colônia de São Bento e Colônia Conde de Mesquita, ambas no Rio de Janeiro. Nesses locais procuravam desenvolver uma convivência de caráter terapêutico entre os pacientes, tanto dentro das colônias como no desenvolvimento de trabalhos, tornando assim possível verificar aqueles que poderiam retornar ao convívio social. Alguns anos depois, o Hospício Nacional de Alienados passa a ser dirigido pelo médico Juliano Moreira que segue com a fundação de outras colônias, entre elas o Hospital Colônia de Barbacena em 1903, lugar onde atrocidades aconteceram e um completo descaso com os pacientes era normalizado. Seguida da Colônia de Alienados do Engenho de Dentro em 1911, a Colônia de Alienados de Jacarepaguá em 1923, entre outras (LIMA, 2008).

De acordo com Cerqueira (2002), era perceptível a divergência entre o pensamento de Juliano Moreira e o que era apresentado pela Liga Brasileira de Higiene Mental (LBHM) fundada em 1923 pelo médico Gustavo Riedel, onde a miscigenação do povo brasileiro era apontada como uma causa das degenerações nervosas e mentais, dando ênfase a uma contribuição negativa dos negros nessa questão. Uma das práticas era realizar “exames médicos pré-nupciais que tinha como objetivo a não união entre dois cônjuges com alguma doença mental, diante disso evitaria o nascimento de indivíduos com doenças mentais” (ALMEIDA, et al., 2018, p. 4). Já o posicionamento de Juliano Moreira se direcionava ao combate do alcoolismo, da sífilis, de condições sanitárias e educacionais adversas, pontuando que os preconceitos não deveriam afetar o serviço de higienização mental (ODA; DALGALARRONDO, 2000). Embora alguns médicos como Juliano Moreira tenham enfatizado a questão das particularidades dos indivíduos diante da loucura e buscado formas de implementar práticas terapêuticas para o bem estar dos mesmos, não há como apagar ou diminuir a gravidade da realidade que existia dentro das instituições psiquiátricas, uma vez que milhares de pessoas viveram e foram tratadas de forma desumana.

3.3 Reforma psiquiátrica e luta antimanicomial

As instituições psiquiátricas e os sistemas de prestação de serviços voltados para a área da saúde mental, passaram por reformas desde o final da Segunda Guerra Mundial, tratando-se de práticas mais humanizadas, ocorridas especialmente nos países da Europa e América do Norte, tais reformas possuíam amplitude e profundidade diferentes, dependendo do lugar onde ocorriam (GOULART, 2006)

Segundo Goulart (2006), a Organização Mundial da Saúde (ONU) indicou o ano de 2001 como o ano voltado para a luta por saúde mental, enfrentando o desafio de reverter os processos de segregação e isolamento praticados durante séculos no mundo inteiro, sendo elaborada no ano de 1991 uma carta especialmente para tratar das questões de proteção à pessoas com transtornos mentais e para a aprimoramento das práticas de assistência a saúde mental, no Brasil é sancionada a Lei Paulo Delgado - 10.216, lei que apontava um redirecionamento para a assistência em saúde mental, visando a proteção e os direitos desses sujeitos (BRASIL, 2015).

Tal processo de reforma vai ser concretizado a partir de diversas iniciativas no que tange os direitos humanos e as políticas sociais que se inspiravam nas reformas que já haviam ocorrido, principalmente na reforma italiana que se efetivou a partir dos anos 60. A crítica voltada para o até então modelo assistencial vigente é deflagrada no Brasil entre o final dos anos 70 e durante os anos 80, sobretudo nos estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo, sendo o ano de 1979 considerado um marco de grande relevância do movimento que se iniciava no país, foi durante esse momento que o psiquiatra italiano Franco Basaglia veio ao Brasil para realizar seminários em fóruns de discussão das entidades psiquiátricas, onde divulgou o trabalho de desmonte que havia sido realizado no aparato de um hospital público na Itália e também da lei que havia sido aprovada pelo governo italiano que visava a

recuperação da cidadania das pessoas com doenças mentais, e também a regulamentação da internação compulsória, bem como a extinção gradual dos manicômios (GOULART, 2006).

Durante esse período ocorreram também as denúncias por parte das associações dos profissionais de saúde mental, evidenciando as condições impróprias as quais estavam sendo ofertadas pela assistência psiquiátrica brasileira aos usuários desses serviços (GOULART, 2006).

Em um contexto permeado pela crise da assistência voltada para o modelo do hospital psiquiátrico, em conjunto com os movimentos sociais que se pautavam na reivindicação dos direitos dos pacientes psiquiátricos se erigia o processo da Reforma Psiquiátrica brasileira, consistindo em um movimento político e social de base complexa, por envolver uma série de atores e instituições sociais em conjunto com iniciativas governamentais em diferentes níveis que se iniciava um período marcado por transformações (BRASIL, 2005).

Compreendida como um conjunto de transformações de práticas, saberes, valores culturais e sociais, é no cotidiano da vida das instituições, dos serviços e das relações interpessoais que o processo da Reforma Psiquiátrica avança, marcado por impasses, tensões, conflitos e desafios (BRASIL, 2005, p. 6).

O Movimento dos Trabalhadores em Saúde Mental (MTSM), surge no ano de 1978, esse período também é considerado como o início de efetivação do movimento social a favor dos direitos dos pacientes psiquiátricos no Brasil, o MTSM tem na sua formação trabalhadores que integravam o movimento sanitário, bem como a associação de famílias, juntando os membros de sindicatos, profissionais e os indivíduos que haviam passado pela experiência de internação psiquiátrica (BRASIL, 2005)

O MTSM assume, através de lutas em diversos âmbitos, o papel de protagonismo na construção das denúncias sobre todos os horrores e o histórico de violência praticados nos

manicômios, expondo os interesses mercantilistas por trás loucura e das redes privadas que imperavam na prestação de serviços de assistência, onde visava a construção coletiva de um posicionamento crítico frente ao saber psiquiátrico e o modelo hospitalocêntrico voltado para o tratamento de pessoas com transtorno mentais (BRASIL, 2005).

É datado também nesta época o advento do primeiro Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) no Brasil, na cidade de São Paulo, era dado o início de intervenções em hospitais psiquiátricos reconhecidos pelos maus tratos e óbito de seus pacientes, como foi o caso da Casa de Saúde Anchieta em 1989, realizada pela Secretaria Municipal de Saúde de São Paulo (SP). Com a repercussão nacional neste caso, ficou cada vez mais evidente a necessidade de se construir redes de cuidado com intuito de substituir o tradicional modelo de hospital psiquiátrico (BRASIL, 2005).

O Sistema Único de Saúde (SUS) é criado de acordo com a constituição de 1988, onde é concebido por via da articulação entre as gestões em nível federal, estadual e municipal, exercendo o poder de controle social mediante os Conselhos Comunitários de Saúde. Em 1992 são aprovadas as primeiras leis que estabeleciam a substituição gradual dos leitos psiquiátricos por redes integradas de atenção à saúde mental, é nesse contexto, que se formula de forma mais concreta a política para saúde mental elaborada pelo Ministério da Saúde que seguia as diretrizes da Reforma Psiquiátrica que estava em construção. A década de 90 é marcada pelas primeiras normas federais que regulamentam a implantação dos serviços de atenção diária, que se constituíam a partir das primeiras experiências dos CAPS, NAPS (Núcleo de Atenção Psicossocial) e Hospitais-dia, e também as normas iniciais para fiscalização e classificação dos hospitais psiquiátricos (BRASIL, 2005).

De acordo Costa-Rosa (2013) essa nova forma de tratamento que eclodiu após a reforma psiquiátrica procurava expor que era possível realizar a atenção ao sofrimento psíquico dispensando de forma total as instituições fechadas e os moldes com os quais ela

operava, assim, tais modos de tratamento eram pautados em um posicionamento ético que tinha por base outra maneira de a psiquiatria exercer sua relação com esse sofrimento.

Com o sancionamento da Lei Paulo Delgado em 2001, ocorre o redirecionamento da assistência em saúde, que privilegiava a oferta dos tratamentos em serviços que fossem de base comunitária, apesar de não instituir artifícios de forma clara com relação a extinção gradual dos manicômios, dispunha sobre os direitos e acolhimento das pessoas com transtornos mentais, dando um novo impulso para o processo da reforma no Brasil, assim, são criadas linhas específicas de financiamento pelo Ministério da Saúde, voltadas para os serviços que fossem substitutivos do hospital psiquiátrico, bem como a criação de ferramentas para fiscalizar, gerir e reduzir programadamente os leitos psiquiátricos no país, o que colaborou para a expansão da rede de atenção diária à saúde mental, aumentando o seu alcance em regiões que antes imperava a lógica hospitalar, e a assistência comunitária em saúde mental inexistia anteriormente (BRASIL, 2005).

A confluência de ações entre os movimentos sociais e as instâncias governamentais, caracterizou-se como um processo de efetivação da transição do modelo hospitalocêntrico, para um modelo que se orientasse pela prática de atenção comunitária (BRASIL, 2005). Costa-Rosa (2013, p.15) assevera que tanto as lutas, quanto às experiências concretas resultantes do movimento comunitário “tiveram um inegável estatuto de política pública”, por serem compostas a partir das lutas de grupos de profissionais que objetivavam as transformações na Atenção à saúde, em um contexto atravessado pelas reivindicações de mudanças sociais e políticas no âmbito nacional.

Tratando-se do processo de desinstitucionalização de pessoas com um histórico prolongado de internações psiquiátricas, houve um significativo avanço nesse aspecto, por contar com os mecanismos para a redução de leitos psiquiátricos e o aumento dos serviços substitutivos que foram instituídos pelo Ministério da Saúde, entre alguns dos programas para

este fim estão os Programa Nacional de Avaliação do Sistema Hospitalar/Psiquiatria (PNASH/Psiquiatria), o Programa Anual de Reestruturação da Assistência Hospitalar Psiquiátrica no SUS (PRH) e o Programa de Volta para Casa, (BRASIL, 2005).

Nesse sentido, as incumbências de desinstitucionalizar e reintegrar as pessoas com graves transtornos mentais foram sendo concretizadas através da dedicação e empenho do SUS, apesar da recente implantação, os serviços tem ganhado força e impulso nos municípios, o que por sua vez, exige uma postura por parte dos gestores dos SUS que esteja sempre em articulação com os atores sociais e seu contexto territorial (BRASIL, 2005), Costa-Rosa (2013) aponta para a importância da existência de uma troca entre os dispositivos de Atenção à saúde e os setores da sociedade, principalmente a cultura, o trabalho e os esportes.

Nessa perspectiva, os Conselhos Municipais, Estaduais e Nacionais, bem como as Conferências de Saúde Mental, desempenham um papel preponderante no processo de garantir a participação dos trabalhadores, pacientes e familiares no desenvolvimento de gestão do SUS, de modo a garantir o protagonismo daqueles que se utilizam desses serviços na formulação de uma rede de atenção para a saúde mental. Entre os principais desafios enfrentados pela Reforma Psiquiátrica, estão as questões que envolvem a acessibilidade e equidade, tratando-se da oferta de serviços para todos aqueles que precisam; a formação de recursos humanos, sobretudo a construção de uma prática profissional livre de estigmas, que objetiva romper com o modelo de tutela do louco e da loucura; o debate cultural, no que diz respeito a superação da visão e do imaginário social que estigmatizam as pessoas com transtornos mentais e a superação do valor que se atribui ao modelo hospitalocêntrico; o debate científico, no que concerne às discussões sobre as transformações que envolvem o modelo assistencial, as práticas e concepções acerca da loucura, do sofrimento mental e dos métodos para lidar com esse sofrimento (BRASIL, 2005).

3.4 Código de ética e a atuação do psicólogo

Em todo processo de mudança existem desafios, situações precisam ser analisadas constantemente para que as demandas sejam atendidas da melhor forma possível. No campo da saúde mental e também no campo da saúde em geral tem-se a necessidade não apenas de compreender os fenômenos psicológicos, mas também de aprimoramento das práticas exercidas pelos profissionais que atuam nessa área (YASUI, 2006). No documentário *Holocausto Brasileiro* (2016), é notável que as práticas realizadas por aqueles que detinham o saber médico eram totalmente voltadas para um modelo de tratamento pautado na exclusão social, no afastamento dos pacientes do convívio social, bem como as condições indignas nas quais eles eram submetidos, o que expressa um cenário extremamente problemático e que requeria que medidas para alterar aquele quadro eram necessárias.

A princípio, as pessoas que sofriam devido alguma alteração mental ou que se desviavam das normas em outros aspectos, eram excluídas. Por décadas a exclusão era tida como forma de encarar essas questões, e para que se iniciasse uma mudança de mentalidade, uma ótica diferente sobre a loucura e as formas de lidar com ela deviam ser apresentadas ao corpo social. “Transformar a relação da sociedade com a loucura é convidar a sociedade a refletir e provocá-la a transformar a sua relação com a diferença, com o estranho, com o estrangeiro” (YASUI, 2006, p. 154). Com a reforma psiquiátrica, se inicia o processo de mudança. No documentário é possível constatar o que acontece quando o imaginário social é marcado por uma visão hospitalocêntrica e permeada por estigmas quando se trata da figura do louco, e também de como a concepção de normalidade, do que é considerado bom e desejável socialmente foi capaz de condenar milhares de pessoas ao aprisionamento, à destituição de sua humanidade.

O modelo de tratamento baseado na exclusão e hospitalização, dá espaço a outras formas de cuidado, permitindo maior autonomia dos sujeitos como também a permanência dos mesmos nas comunidades, promovendo a criação e fortalecimento de vínculos sociais e

familiares, o documentário mostra como o rompimento dos vínculos e o cerceamento da liberdade e autonomia dos sujeitos acarretaram na intensificação do sofrimento, que ao invés de acolher, contribuía para a piora do quadro de saúde dos pacientes, tamanho era o descaso praticado pela instituição que prestava os serviços de tratamento.

A rede de serviços como os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) e os Serviços de Residência Terapêutica (SRTs) com a capacidade de dar suporte qualificado, tornam-se recursos importantíssimos para aqueles que anteriormente dependiam apenas dos hospitais. Com a nova configuração dos serviços no campo da saúde mental, vê-se profissionais que dedicados nesse processo de mudança, se posicionam constantemente em prol da permanência e evolução desse modelo de assistência (SALES; DIMENSTEIN, 2009). Conforme é visto no documentário, há visibilidade no que se trata do avanço dos cuidados na área da saúde mental, uma vez que não se pretende viabilizar a abertura de hospitais psiquiátricos e que a busca tem sido pela desinstitucionalização, não havendo até então retrocesso na política em saúde mental.

A prática do psicólogo tanto em instituições públicas como privadas, na dimensão pessoal e comunitária, deve ter como base norteadora o código de ética, que visa levar a uma reflexão sobre suas ações, compromissos e responsabilidades no exercício de determinada profissão. Está envolvido nas mais diversas atividades, como o desenvolvimento de pesquisas para aquisição e produção de conhecimento no campo da saúde mental, desenvolver práticas psicoterápicas de caráter individual ou coletivo, entre outras. O seu trabalho é exercido a favor da “promoção da liberdade, da dignidade, da igualdade e da integridade do ser humano, apoiado nos valores que embasam a Declaração Universal dos Direitos Humanos” (CFP, 2005). Tendo o olhar atento para as questões históricas, socioeconômicas, culturais e políticas, o profissional elabora a melhor forma de intervenção diante da realidade apresentada. O psicólogo ganha mais espaço de atuação uma vez que o conhecimento passa a não estar mais

centralizado na figura do médico. O profissional da psicologia vai perceber o indivíduo de modo biopsicossocial, buscando sempre promover a dignidade, liberdade e igualdade. De forma alguma sua práxis deve produzir opressão, discriminação, violência, ou qualquer outras questões que venham a gerar sofrimento. Como é apresentado no documentário, que com as mudanças na política de saúde mental, os pacientes passaram a receber tratamento mais humanizado e com dignidade, sendo necessário uma constante vigilância para que isso não seja perdido.

O profissional psicólogo deve atuar de maneira a contribuir com a desinstitucionalização, ação que tem por objetivo não apenas o fechamento de hospitais psiquiátricos, mas que também propõe um novo pensamento e forma de agir frente às demandas que chegam, como atribuindo responsabilidade para o indivíduo, para a família e para a rede de serviços na área da saúde mental, possibilitando o desenvolvimento de ambos, e assim consequentemente colabora com a luta antimanicomial (CARDOSO, et al., 2013).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Compreender a visão sobre a loucura nos mais diversos contextos históricos, viabiliza o conhecimento da sociedade de cada período e de seus valores, consequentemente permite com comparativos, observar as questões que passaram por mudanças definitivas, ou seja, que não voltaram a ser como antes, como também enxergar aquelas que ainda se arrastam aos dias atuais, podendo estas serem facilmente percebidas ou não. Tendo consciência de que a revoltante realidade apresentada no documentário pode retornar, não com a mesma dimensão e intensidade, mas de forma capaz de destituir os indivíduos de sua dignidade e liberdade, como nas internações de dependentes químicos através de ordens judiciais.

Fazer memória dos acontecimentos, contribui para manter o senso crítico desperto, uma vez que não basta apenas a mudança física e materialmente visível no que se trata do

serviço prestado no âmbito da saúde mental, mas também no que se refere ao pensamento (des)construído sobre a loucura e todas as questões que a abarcar, pois isso influencia no lugar que ela ocupa e em como é percebida e tratada. Assim, é notória a diferença de tratamento dos pacientes apresentado ao longo do documentário no Hospital Colônia de Barbacena, para aqueles sobreviventes acolhidos e cuidados de forma humanizada, tendo uma perspectiva de vida completamente nova. Isso faz com que se levantem questionamentos sobre o que pode e deve ser melhorado, como os sujeitos e suas subjetividades podem ser acolhidos e receber tratamento de forma digna e humanizada.

Longe de desejar a cristalização do que já foi transformado e é conhecido até hoje, mas antes pretende-se incentivar a reflexão e a inovação frente às demandas da área da saúde mental, já que a sociedade está em constante transformação, há a necessidade de que novas visões sejam apresentadas, para que os progressos sejam maiores do que os possíveis retrocessos, nesse sentido, é importante pensar no papel do psicólogo como profissional que não deve corroborar com a violação de direito de qualquer tipo, pelo contrário, deve assumir uma postura crítica e ancorada no código de ética para garantir a promoção de saúde mental coletiva.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Laurem Janine Pereira de. **Por uma sociedade sem manicômios:(im) possibilidades da reforma psiquiátrica no capitalismo brasileiro**. 2020. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

ALMEIDA, Giovana Carla de. et al., **Educação e Higiene mental: uma discussão sobre os Arquivos Brasileiros de Higiene Mental (1935-1941)**. 2018.

ARBEX, Daniela. **Holocausto Brasileiro**. 1. ed. – São Paulo: Geração Editorial, 2013.

CARDOSO, Daiani Apolinario et al. A PSICOLOGIA E A LUTA POR UMA SOCIEDADE SEM MANICÔMIOS. **Revista Técnico Científica do IFSC**, v. 1, n. 5, p. 111, 2013.

CASA, Angela; HAHN, Marília Ramos; GRUBBA, Leilane Serratine. Hospital colônia: uma história de crueldade frente a omissão de uma sociedade. In: XII MOSTRA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA E EXTENSÃO COMUNITÁRIA E XI MOSTRA DE PESQUISA DE PÓS-GRADUAÇÃO IMED. Passo Fundo, Rio Grande do Sul, 2018.

CERQUEIRA, Roberta Cardoso. **Lima Barreto e os caminhos da loucura: alienação, alcoolismo e raça na virada do século XX**. 2002. Tese de Doutorado. Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro.

CÓDIGO DE ÉTICA PROFISSIONAL DO PSICÓLOGO. Conselho Federal de Psicologia. Brasília, 2005.

COSTA-ROSA, Abílio da. **Atenção Psicossocial além da Reforma Psiquiátrica: contribuições a uma Clínica Crítica dos processos de subjetivação na Saúde Coletiva**. São Paulo: Editora Unesp, 2013.

DALGALARRONDO, Paulo. **Psicopatologia e semiologia dos transtornos mentais**. 2. ed. – Porto Alegre : Artmed, 2008.

GOULART, Maria Stella B. A construção da mudança nas instituições sociais: a reforma psiquiátrica. *Pesquisas e práticas psicossociais*, v. 1, n. 1, p. 1-19, 2006.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

LIMA, Jorgina Tomaceli de Sousa. O início da assistência à loucura no Brasil. **Debate (PUCRJ. Online)**, v. 8, p. 7, 2008.

BRASIL. Ministério da Saúde. Reforma psiquiátrica e política de saúde mental no Brasil. In: **Conferência regional de reforma dos serviços de saúde mental: 15 anos depois de Caracas**. Ministério da Saúde, 2005.

ODA, Ana Maria Galdini Raimundo; DALGALARRONDO, Paulo. Juliano Moreira: um psiquiatra negro frente ao racismo científico. **Brazilian Journal of Psychiatry**, v. 22, n. 4, p. 178-179, 2000.

SALES, André Luis Leite de Figueiredo; DIMENSTEIN, Magda. Psicologia e modos de trabalho no contexto da reforma psiquiátrica. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 29, n. 4, p. 812-812, 2009.

URURAHY, Nilton Rabello. O saber médico como dispositivo político estatal na intervenção do espaço urbano. In: IV CONGRESSO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA: CULTURA, SOCIEDADE E PODER. IV Congresso Internacional de História: Anais Eletrônicos. Universidade Federal de Goiás (UFG), Jataí, 2014.

YASUI, Silvio. **Rupturas e encontros: desafios da reforma psiquiátrica brasileira**. Editora Fiocruz, 2010.

Doi: 10.36066/compcs.v2i24.13476